

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE NOVEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.820

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1834
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 095ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 14/11/2007.....2
Ata da 048ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 14/11/200713
Ata da 049ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 14/11/200714

Atos da Mesa

Ata da Presidência - DI.....18

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....18
Aviso de Licitação.....19
Extratos19
Resolução19
Redações Finais.....20

PLENÁRIO

ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczaí - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença dos praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros e do vice-prefeito de Criciúma, Gelson Fernandes.

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala do tema dos transgênicos.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Cumprimenta a deputada Odete de Jesus pelo tema dos transgênicos; comunica que deu entrada a uma moção em função do problema do leite contaminado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do presidente estadual do PDT, Manoel Dias.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença de alunos e professores da E.B. Maria Waltrudes de Vasconcelos Krüger.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Lembra o Dia Internacional de Prevenção da Diabetes.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pronuncia-se acerca dos 50 anos da Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Exige o cumprimento da Lei n. 254, que reorganiza a remuneração dos profissionais da Segurança Pública.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Mostra preocupação com relação à Operação Veraneio, que corre o risco de não acontecer em virtude do não cumprimento da Lei n. 254.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do vereador Luiz Müller, de Rio do Oeste.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença de sua filha, Sigian Keren.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Convida para a Festa das Flores, em Joinville.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Enaltece a Festa das Flores e lembra que a flor símbolo de Santa Catarina é a *Laelia purpurata*.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Pede providências no caso da fraude do leite.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Enaltece a iniciativa dos Correios em beneficiar as crianças no Natal; aposta em jogos da Copa do Mundo de 2014 em Santa Catarina.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Cumprimenta o deputado Renato Hinnig pelo seu pronunciamento e diz que é preciso trabalhar para sediar uma das etapas da Copa do Mundo.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Registra que Santa Catarina será privilegiada com os jogos da Copa do Mundo de 2014.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Rebate denúncia contra Luiz Polidoro, referente à matéria lida pelo deputado Kennedy Nunes em sessão anterior.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Concorda com a aprovação da CPMF.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Parabeniza encontro de corais organizado pela Assembléia Legislativa, em comemoração ao Dia do Servidor; reporta-se ao projeto que trata da remuneração dos servidores da Udesc.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda a criação de um fórum permanente para discussão dos transgênicos.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que o plebiscito é a melhor forma de consultar a população sobre o consumo ou não de transgênicos.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Mostra preocupação com a situação caótica do setor moveleiro.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Silvío Dreveck na questão da crise do setor moveleiro e coloca-se à disposição para solucionar o impasse junto ao governo.

Ordem do Dia

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Solicita a presença dos deputados no plenário para votação de dois projetos de grande importância.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pedir esclarecimentos ao líder do governo a respeito dos PLs n.s 0041 e 0042.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Esclarece ao deputado Sargento Amauri Soares a questão referente aos PLs n.s 0041 e 0042.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Informa que a bancada do PT é favorável ao PLC n. 0041/2007.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica que sua bancada votará favorável ao PLC n. 0041/2007.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Rebate acusações feitas pelo deputado Kennedy Nunes e defende o governo do estado na questão do cumprimento da Lei n. 254.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Afirma que o governador Luiz Henrique fixava a data de pagamento dos vencimentos e do 13º salário no primeiro mês do ano para que o servidor público soubesse da data do pagamento.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao PLC n. 0042/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado sr. presidente, queria registrar a presença, nesta Casa, dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que estão aqui reivindicando o pagamento daquilo que falta da Lei n. 254, e do vice-prefeito, de Criciúma, Gelson Fernandes, do PDT, Partido Democrático Trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência registra a presença do vice-prefeito Gelson Fernandes e também dos 47 alunos da Escola Municipal Domingos José Machado, do município de Ilhota, tendo como responsável dona Elizete Wilker.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente deputado Clésio Salvaro, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, funcionários desta Casa, brilhantes taquígrafas que exercem sempre essa atividade importante para os trabalhos desta Casa, demais visitantes da Aprasc que nos honram com a sua presença.

Aproveitando a oportunidade da presença da Aprasc, gostaria que v.exas. se atentassem para o pronunciamento desta deputada.

Hoje, na comissão de Finanças, eu também me manifestei sobre o papel da Polícia Militar de dar assistência e proteção à população catarinense. Ela deve proteger a população, informar e orientar. Mas uma coisa que está deixando a população muito apreensiva e revoltada são os blocos de multas, porque eles deveriam estar fazendo o seu papel e não o estão, deputada Ada De Luca! Eu posso falar porque tenho recebido muitas queixas e, portanto, não posso ficar calada. Os policiais militares saem com os seus blocos - e quero falar aos senhores que estão aqui, para levarem o recado desta deputada -, o carro nem parou e eles já estão dando as suas multas!

(Manifestação das galerias)
Não é bem assim? Então, deixem para se pronunciar depois! Agora eu estou falando!

Senhores, a pessoa nem chega a parar o carro e já recebe a multinha ali mesmo.

Há rumores de que, provavelmente, esses policiais voltem a ganhar um getonzinho ou qualquer coisa assim. Depois v.exa. irá se pronunciar, deputado, e gostaria que v.exa. falasse a esse respeito.

(Manifestação das galerias)

Por favor, senhor, eu quero ser respeitada no momento da minha fala! No momento que o senhor puder falar, vai falar, mas agora eu não quero perder o fio da meada. Soube que, provavelmente (e depois o deputado poderá se pronunciar para me explicar), quanto mais os policiais concederem multas, mais vão ganhar. Isso é verdade, ou não?

(Manifestação das galerias)

Não! Graças a Deus, porque enquanto esta deputada estiver aqui, não vai permitir isso! A população já está gemendo, pois é multa de todos os lados! Na terça-feira, vou voltar a falar desse assunto! O contribuinte recebe o seu mísero salário, achatado, e cada vez está perdendo mais! Vou voltar com este tema na terça-feira. Vou me interar melhor sobre o tema, pesquisarei e voltarei à tribuna na terça-feira!

Hoje, nós, os 40 deputados, conquistamos uma grande vitória neste Parlamento. Quando levantamos o problema sobre os transgênicos neste Parlamento, houve debates em nível nacional e estadual, e foi realizada uma audiência pública aqui nesta Casa - e não posso precisar a data porque quero apurar, já que o meu tempo é curto -, da qual participaram os técnicos da Cidasc e da Epagri, e o deputado Moacir Sopelsa, presidente da comissão de Agricultura. Inclusive, essa audiência pública foi conjunta com as comissões de Agricultura e de Saúde, cujo presidente é o deputado Genésio Goulart.

Sr. presidente, como proponente da audiência pública, queremos relatar que tivemos muito sucesso e sanamos as nossas dúvidas, deputada Ada De Luca, sobre os transgênicos. Existem, aproximadamente, 55 fontes bibliográficas sobre os riscos que eles trarão para a saúde da população, e foi nessa linha que procurei me inteirar mais.

Durante a audiência pública, eu dei uma sugestão: já que temos a estrutura da Assembléia, com TVAL e Rádio Alesc Digital, que chegam a vários municípios do estado de Santa Catarina, que pudesse ser divulgado

tudo referente aos transgênicos. Porque existem pessoas no interior do estado que, como precisam suar a camisa para ganhar o pão nosso de cada dia, não estão inteirados sobre esse assunto. Então, seria interessante divulgarmos, através de veículos de comunicação, o que são os transgênicos, os produtos geneticamente modificados, com técnicos também se manifestando, falando sobre esses produtos. E após a população se manifestar, nós realizaríamos um plebiscito. Diz a lei estadual que nós poderemos realizar um plebiscito ou uma consulta popular.

Eu dei esta sugestão durante a audiência pública e obtive uma resposta da procuradoria da Casa, dizendo que podemos fazer. Está aqui a resposta! Os procuradores já responderam ao deputado Moacir Sopelsa e, particularmente, também a esta deputada, que fez a consulta. Portanto, poderemos realizar esse plebiscito, mas teremos que estar em parceria com o Tribunal de Contas e o Tribunal Regional Eleitoral para realizar essa consulta, esse referendo ou esse plebiscito.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Ouço, com muita alegria, a deputada Ada De Luca, para enriquecer o meu pronunciamento.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns deputada Odete de Jesus, pelo seu pronunciamento, principalmente na área que abrange os transgênicos.

Mas gostaria de dizer que, hoje, estou dando entrada a uma moção aqui na Casa para que não só os parlamentares, mas todo o Parlamento tome alguma atitude em função do problema do leite, que para mim é pior do que quem vende drogas. Porque quem faz isso, faz para pessoas conscientes. Agora, leite envenenado para as nossas crianças e os nossos idosos, é um crime! Acho que todos nós, parlamentares de todos os partidos, temos que, pelo menos, fazer uma moção de repúdio, tomar alguma atitude...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Queria registrar a presença, nesta Casa, do presidente estadual do PDT, secretário nacional e ex-deputado estadual cassado pela ditadura, o nosso companheiro Manoel Dias.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Gostaria de registrar, com satisfação, a presença nesta Casa da Escola Básica Maria Waltrudes de Vasconcelos Krüger, na pessoa da sua diretora, Alvani Grosch Gumbowski; da coordenadora Claudinéia Andrejewski; bem como a regente da 8ª série, sra. Ragli Soares. Desejo que os demais professores; a presidente da APP, Catarina Pereira; as auxiliares e merendeiras; os alunos; e os demais funcionários que se fazem presentes aqui na Assembléia Legislativa sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o deputado Clésio Salvaro, que preside esta sessão; o Manoel Dias, presidente nacional do PDT; os nobres deputados; os telespectadores da TVAL; os ouvintes da Rádio AleSC Digital; e os companheiros e amigos da Polícia Militar.

Lei n. 254 Já! A bancada do PT se solidariza com o movimento que se manifesta já há algumas semanas na exigência do cumprimento dessa lei. Se foi votada e acordada, é para ser cumprida.

Hoje, 14 de novembro, é o Dia Internacional de Prevenção do Diabetes. Como médico, cabe-me fazer um chamamento e alertar a sociedade brasileira, por parte dos órgãos governamentais na área de Saúde, para o que isso representa.

A Organização Mundial de Saúde, neste dia, resolveu ter como tema para o controle e o combate da diabetes "Diabetes em Crianças e Adolescentes". Este é o lema da Federação Internacional de Diabetes e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, pelo que isso representa.

A mudança de hábitos alimentares e a falta de exercícios físicos têm mostrado um crescimento extremamente importante do contingente dessas crianças, principalmente do diabetes tipo 1, que é aquela que depende do uso de insulina pela falta de produção. São crianças que diariamente têm que ter o seu dedinho furado para o controle da glicemia.

Por isso, como médico, cabe aqui fazer esse alerta para todas as mães e pais, àqueles que tiverem as suas crianças, sabendo que um bebê também já pode ter diabetes. Ela não ocorre só em adultos. Se a criança estiver tomando muita água, sentindo muita sede, perdendo peso, urinando muito, os pais devem ter a preocupação da investigação para observar se ela não está desenvolvendo um quadro de diabetes.

As estimativas são que, a partir de 2020, nos Estados Unidos, para cada três crianças que nascerem, uma terá diabetes. O nosso país emergente não deixa de estar também nesse rol, tendo em vista o que representa o incremento e o crescimento de crianças e pacientes com diabetes.

Por isso é importante a luta constante para a manutenção do tratamento adequado dessas crianças, porque quando não são tratadas adequadamente na infância, elas acabam desenvolvendo problemas muito piores, como insuficiência renal, retinopatia diabética, dentre tantas outras complicações.

E aí nós sabemos que um dos grandes custos do SUS são as hemodíalises, e que a maioria desses pacientes teve, ou tem, diabetes, mas não tratou adequadamente, principalmente pelo fato de o diagnóstico não ter sido feito precocemente.

Vou citar alguns dados que a Federação Internacional de Diabetes colocou nessa campanha, nesse alerta, a partir de hoje, dia 14, Dia Mundial de Controle e Prevenção da Diabetes, que são os seguintes: (Passa a ler.)

- A cada ano mais de 70 mil crianças desenvolvem diabetes tipo 1.

- Pelo mundo, 440 mil crianças com menos de 14 anos têm diabetes tipo 1.

- Atualmente, mais de 200 crianças desenvolvem diabetes a cada dia.

- A taxa de aumento de diabetes nas crianças é de 3% ao ano - este é um número assustador e por isso repito: a taxa de aumento de diabetes nas crianças é de 3% ao ano. Isso é um volume, um número assustador.

"O diabetes tipo 1 vem crescendo em áreas de baixa prevalência, ou seja, áreas em que quase não tinha isso presente;

O diabetes tipo 2, aquela que se apresenta mais na fase adulta, é um problema emergente com consequências sérias, especialmente em algumas comunidades étnicas".

Por isso o aumento nas mortes causadas por cetoacidose diabética, o coma, e o número das complicações que isso tem apresentado.

Falo isso porque ainda há gente querendo tirar dinheiro da Saúde. E hoje, quando assomarmos à tribuna no horário dos Partidos Políticos, vamos falar sobre isso e o que foi aumentado de recursos para a Saúde no nosso governo Lula. Por isso é importante ressaltar a data, para os pais em casa observarem o controle de seus filhos quando apresentarem sintomas como esses que eu citei.

Quero também registrar aqui que no dia 21 de novembro, semana que vem, na quarta-feira, estaremos realizando, em Rio do Sul, a primeira sessão solene da Assembléia Legislativa na sua história, no Alto Vale, para homenagear o Hospital Regional, as entidades instituidoras, os funcionários que estão lá desde o início de seu funcionamento, o primeiro corpo clínico e ressaltar, principalmente, o papel fundamental que tem aquela instituição da Saúde.

Da mesma forma, quero homenagear os parlamentares que propiciaram emendas individuais do Orçamento da União para o ano que vem. E que Rio do Sul, através da nossa luta constante, possa consumir a construção do centro oncológico para atendimento a pacientes de oncologia da região. Enfim, que isso seja uma realidade de fato.

E aqui quero enaltecer, mais uma vez, a contribuição, o entendimento, a compreensão política dos parlamentares federais: da deputada Angela Amin, do deputado Odacir Zonta, do PP, do deputado João Batista Matos, do PMDB, do deputado Nelson Goetten, do PR, dos deputados Carlito Merss, Cláudio Vignatti, Décio Lima, dos nossos companheiros do Partido dos Trabalhadores, que também serão homenageados, e da senadora Ideli Salvatti, que está direcionando emendas individuais para o nosso hospital regional.

No dia 22 de novembro estaremos na cidade de Jaraguá do Sul, na sede da Associação Comercial, com a comissão de Saúde e a comissão de Legislação Participativa, para debater a questão das LER/DORT, doença ósseo muscular relacionada ao trabalho.

O mundo globalizado, deputado Silvio Dreveck, tem propiciado um exército de mutilados e nos cabe fazer o alerta às instituições públicas, ao empresariado, que desconhece a perícia médica da Previdência Social, aos profissionais médicos. E o debate é com o intuito de minorar sofrimento, reduzir riscos, ampliar políticas de prevenção e, principalmente, termos uma visão madura no sentido de corrigir distorções que os meios de produção têm realizado.

Antes de encerrar, gostaria de cumprimentar a nossa vereadora Kátia Aparecida dos Santos Müller, do Partido dos Trabalhadores, da cidade de Ituporanga, a Sônia, sua assessora, e José Adécio, empresário de piscicultura da nossa região.

Seja bem-vinda, vereadora, nossa futura prefeita da cidade de Ituporanga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Breves Comunicações, inscrito para falar o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ontem, São Bento do Sul comemorou um dia especial porque a nossa associação empresarial, antes conhecida como Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul, comemorou 50 anos de existência.

Nessa ocasião estiveram presentes o presidente do Sistema Fiesc, sr. Alcantara Corrêa, o sr. Luiz Carlos Furtado Neves, presidente da Facisc, onde foi feita uma homenagem aos sócios fundadores, aos ex-presidentes e chamou muita atenção porque no planalto norte catarinense a associação empresarial reúne hoje mais de 440 empresas filiadas. É o maior sistema de representação da economia do planalto norte catarinense, congrega a indústria, o comércio, a prestação de serviços, o turismo, os profissionais liberais e demais formas organizadas de desenvolvimento e fomento empresarial.

A Associação Empresarial de São Bento do Sul, que antes se denominava Associação Industrial e Comercial, foi fundada em 9 de novembro de 1957. Atua até hoje na prestação de serviços para empresas, para empresários, congregando as reivindicações e as necessidades da classe, bem como tem atuado econômica, política e socialmente uma grande responsabilidade social junto à nossa comunidade de São Bento do Sul.

Digo isso porque atua em vários segmentos dando a sua contribuição comunitária, envolvendo-se e atuando de forma decisiva nos problemas da saúde do município, em especial do nosso Hospital e Maternidade Sagrada Família, participando e contribuindo com a educação do município, principalmente com a implantação de universidades, a exemplo da Univille, da Udesc, da Escola Técnica Tupi, da Fundação de Ensino e Tecnologia, mais conhecida como Fetep, a exemplo do que fez, tendo uma participação decisiva, juntamente no sistema Fiesc, com o Senai e com o Senac.

Além de tudo isso, teve uma participação efetiva em atividades sociais comunitárias, desde o dia 9 de novembro de 1957, tendo como sócios fundadores Arthur Pfützenreuter, Bertholdo Roesler, Danilo Malchitzky, Heinz Walter Zulauf, Host Maul, Mário Lutz, Otair Becker, Roberto Zeidemann, Rubens Zschoerper e Victor Keil e como sócios beneméritos dessa entidade os srs. Álvaro Weiss, Heinz Engel, Otair Becker, Klaus Schumacher, Horst Maul e José Henrique Carneiro de Loyola.

Os presidentes que atuaram nessa valorosa entidade foram os srs. Otair Becker, Renato Meinert, Pedro Machado de Bittencourt, Claus Klimmek, Léo Schreiner, Alberto Kobs, Hermes Neumann, Odenir Osni Weiss, Ismar Roberto Becker, Rolf Buddemeyer, Frank Bollmann, Álvaro Weiss, Horst Maul, Evandro Müller de Castro, Vilson Altivo Torrer Fenner, Arnaldo Huebl, Jonny Zulauf, Osmar Mühlbauer e Uwe Stortz.

Além dessas atividades, a Associação Empresarial de São Bento do Sul fez uma coisa inédita, principalmente em Santa Catarina, na época em que se chamava Associação Comercial e Industrial. Ela implantou os núcleos setoriais, idéia trazida pelo empresário José Henrique Carneiro de Loyola, que conheceu esse projeto na Alemanha e o implementou em São Bento do Sul, servindo de referência para outras cidades do país.

O que são esses núcleos setoriais? São núcleos que são criados e atuam no meio dos contabilistas, do meio ambiente, da educação, da saúde, entre outros núcleos que atuam na atividade dessa associação.

A Associação Empresarial de São Bento do Sul tem uma atuação conjunta com outras entidades de representação, tais como o CDL, sindicatos patronais e outras associações. Estão todos alojados no mesmo prédio, fazendo assim um trabalho em conjunto em defesa das questões empresariais e comunitárias.

Durante a homenagem ocorrida ontem na cidade de São Bento do Sul, o empresário Otair Becker, que representou os homenageados, pediu ao responsável pelo protocolo que fizesse a leitura de uma ata do ano de 1962. O que constava nessa ata?

Naquela época, uma tragédia aconteceu numa empresa de móveis, em São Bento do Sul, por um incêndio que destruiu totalmente aquela fábrica. E essa associação fez uma reunião, uma assembleia e todos os sócios, por unanimidade, decidiram ajudar aquela empresa a ser reconstituída, contribuindo com recursos financeiros, através de empréstimo a médio e a longos prazos, sem juros e correção monetária. Outros contribuíram com material, com máquinas, com equipamentos e em pouco tempo essa empresa se recuperou. Ou seja, reiniciou suas atividades e continuou dando sua contribuição nos campos econômico, social e comunitário de São Bento do Sul.

Isso demonstra que quando o associativismo é organizado, responsável, na verdade, faz a diferença de uma comunidade como a nossa que é uma comunidade industrial, que tem sua riqueza pautada na indústria, no comércio e, acima de tudo, nas pessoas com espírito de empreendedorismo comunitário.

Por isso, sr. presidente, nós queremos render as nossas homenagens, cumprimentar mais uma vez e parabenizar a Associação Empresarial de São Bento do Sul pelos seus 50 anos de atividades e grande contribuição a esse município e a Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, aqui presentes, e familiares que vieram mais uma vez, como temos feito há bem mais de quatro anos, defender aquilo que para nós é um direito elementar e que já deveria ter sido cumprido.

Ontem, nós completamos quatro anos de aprovação da Lei n. 254 neste Parlamento. Foi no dia 13 de novembro de 2003 que esta lei foi aprovada nesta Casa, neste plenário, pelos 40 deputados da legislatura anterior. E foi no dia 15 de novembro daquele mesmo ano que a lei foi sancionada. Portanto, há quatro anos que todos os servidores da Segurança Pública, incluindo os praças da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, policiais civis, agentes prisionais, monitores, servidores civis da Secretaria da Segurança, servidores civis da Polícia Militar aguardam o cumprimento da Lei n. 254.

Nós já tivemos, ao longo desses quatro anos, depois que a lei foi aprovada, inúmeras manifestações. Nós recebemos até aqui, daquilo que a Lei n. 254 preconiza, cerca da metade do que ela garante. Tivemos, no dia 1º de dezembro de 2005, mais precisamente, a aprovação na Assembleia Legislativa de um abono de R\$ 250,00 para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros da ativa e da reserva, depois de uma intensa e forte mobilização ao longo daquele ano de 2004. Tivemos novamente, um ano mais tarde, em 10 de novembro de 2005, a negociação de mais uma parte da Lei n. 254, que foram os 25% concedidos entre os meses de novembro de 2005 e dezembro de 2006, a negociação daqueles 25% e mais R\$ 40,00 de abono, no dia 10 de novembro de 2005, já no centro administrativo do Saco Grande.

Esses dois momentos de negociação salarial com eles aconteceram depois de várias mobilizações, de várias campanhas de luta da nossa categoria. E já faz dois anos que nós tivemos a última negociação, já se completaram dois anos da última negociação com o governo. Aliás, os servidores da Segurança Pública são aqueles que mais tempo faz que não conseguem uma negociação salarial com o governo. No dia 10 de novembro foi a última vez que negociamos alguma coisa, já falei neste plenário, com o então secretário da Administração e agora deputado Marcos Vieira e com outras autoridades do governo. Depois o secretário teve de se afastar, devido à campanha eleitoral do ano passado, seis meses antes da eleição. Ocorreu a eleição, esperou mais três meses para assumir e já estamos um ano nesta Casa e nenhuma autoridade do governo negociou as verbas, o pagamento daquilo que falta da Lei n. 254.

É preciso registrar que nós temos compromissos com autoridades do governo desde 2003, desde o começo de 2004, que vêm sendo reiterados infinitas vezes. Já houve o compromisso, inclusive assinado, de pagar 15% a cada semestre, em fevereiro de 2004. Se isso tivesse sido cumprido, a Lei n. 254 já teria sido paga há muito tempo e nós estaríamos discutindo outras questões que também são muito importantes para a Segurança Pública e para a sociedade catarinense.

E é esse o nosso desejo, que nós possamos superar, de uma vez por todas, essa pedra da Lei n. 254, para que possamos discutir segurança para a sociedade, equipamentos efetivos, viaturas, educação, melhores condições de vida para os trabalhadores, para que tenhamos menos problemas na área de segurança; para que possamos discutir mais acesso para os agricultores para que menos venham morar nas periferias das grandes cidades.

É preciso que a Lei n. 254 seja cumprida. E falávamos de compromissos assumidos. O último, inclusive em pessoa, o governador Luiz Henrique da Silveira, então candidato a governador, no dia 17 de outubro do ano passado, numa assembleia de 1.300 praças nesta Capital, disse para todos ouvirem - e por isso recebeu apoio maciço e amplo dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros no segundo turno -, que nos primeiros meses de 2007 nós negociaríamos a parcela restante para o pagamento integral da Lei n. 254 e nós já estamos no mês de novembro, dia 14.

Certamente os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros não vão esperar o Natal, esperando para o ano que vem qualquer negociação. Não vamos chegar no Natal segurando um cartaz tão somente. É preciso dizer que a cada semana tem crescido em quantidade e tamanho a nossa demonstração de indignação com relação aos acordos não cumpridos.

Nós esperamos, antes do início da Operação Veraneio, uma negociação. É isso que os praças esperam e os policiais civis que estão, de novo dizendo que farão greve também, deputado Kennedy Nunes, esperam. Nós não queremos Natal, nós não queremos Ano Novo sem uma negociação com dignidade e com respeito aos servidores da segurança.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte ao deputado Kennedy Nunes que tem sido nosso aliado junto com vários outros deputados neste Parlamento em prol desta demanda.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Sargento Amauri Soares, estava acompanhando o seu discurso e quero chamar mais uma vez a atenção do governo, porque ontem fiz um esclarecimento, e falei sobre aquela pesquisa que está sendo feita entre os praças.

Fico muito preocupado porque a Operação Veraneio pode estar sob risco de não acontecer, por conta desta intransigência do governo estadual para cumprir uma lei. Então, eu peço para que o governo do estado tenha tanta agilidade como foi a de enviar para cá, e nós vamos aprovar daqui a pouco, a questão dos funcionários da Udesc.

Portanto, que tenha a mesma agilidade, como está tendo. É claro que não posso pensar que esta vinda do projeto para cá é porque a Udesc tem eleição na terça-feira. Não quero pensar nisso. Mas que essa mesma agilidade de trazer o projeto para esta Casa aprovar nas comissões e no plenário, que possa também ser para a Polícia Militar e para os funcionários do Porto de São Francisco, que querem a incorporação de uma hora extra que vem como abono e não conseguem. É preciso ter essa sensibilidade.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, e a luta dos praças vai continuar com todo o respeito aos servidores da Udesc, mas isso é mais um desrespeito com a segurança pública.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, com muita satisfação quero registrar nesta Casa a presença do nosso vereador Luiz Müller, de Rio do Oeste, nosso futuro prefeito do PSDB daquela cidade, com certeza.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente eu gostaria de deixar registrado aqui nesta Casa a presença de uma estudante do Colégio Adventista de Joinville, a minha filha Sigian Keren, que completa dez aninhos. Eu tenho um trato com os meus filhos, no dia do aniversário eles passam o dia aqui para saber e entender o trabalho de um parlamentar, estimulando-os a ser bons políticos também. Por isso quero deixar registrada a presença da Sigian Keren nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência comunica que recebeu o Projeto de Lei Complementar n. 0045/2007, que altera a Lei Complementar n. 223 de 10 de janeiro de 2002 e adota outras providências, e também o Projeto de Lei n. 0046, que dispõe sobre a elevação de promotoria de Justiça e a reclassificação, criação e extinção de cargos na carteira do Ministério Público estadual de Santa Catarina e adota outras providências.

Fim do horário das Breves Comunicações. Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, muitos dos senhores que estão aqui certamente não sabem que nós, ontem, no município de Joinville, demos início a uma das mais belas festas de Santa Catarina, que é a Festa das Flores, conhecida e respeitada no Brasil inteiro.

E eu gostaria, sr. Presidente, de aproveitar estes poucos minutos que temos para formular, para fazer o convite a cada um dos senhores. Deputado Pedro Baldissera, v.exa. que é do oeste pode enveredar para este lado, aqui no norte, e conhecer uma das mais belas festas que temos em Santa Catarina, que é a nossa Festa das Flores.

Pela primeira vez não será cobrado nenhum tostão de quem quer que seja que vá a esta festa. A festa será totalmente gratuita, a entrada dos pavilhões, e os senhores poderão apreciar flores de todos os tipos imagináveis. Desde a orquídea *Hemerocallis*, que eu só conheço de nome, inclusive quero ir à festa, ainda não tive a oportunidade, para conhecer esta flor chamada *Hemerocallis*, que os senhores conhecerão também e terão oportunidade de visitar o local de exposição de veículos antigos, feiras de jardins da casa e de lazer. Teremos também *shows* e palestras com temas diversificados.

Essa é a 69ª Festa das Flores que está acontecendo no município de Joinville a partir de hoje.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Nilson Gonçalves, estive várias vezes nesta festa, que realmente é magnífica. Seria muito bom se todos os catarinenses e brasileiros pudessem ver esta exposição que é feita com amor e com afinho por aqueles que cultivam as flores, porque eles têm uma dedicação especial.

Gostaria de lembrar a v.exa. que a flor símbolo de Santa Catarina é uma orquídea, a *Laelia purpurata*, e lá, sem sombra de dúvida, teremos os melhores exemplares sendo expostos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Certamente, o senhor será recebido com muita alegria na nossa Joinville, deputado Professor Grando.

Ontem, quando houve aqui a votação de um projeto, aprovado neste plenário, eu pedi que ficasse registrada a minha abstenção por desconhecimento do projeto, até porque não faço parte da comissão que o analisou, a comissão de Constituição e Justiça. Quando o projeto veio para o plenário eu tinha um total desconhecimento do seu conteúdo. É um projeto de autoria do deputado Marcos Vieira, que trata de restrição com relação aos cães da raça Pit Bull.

Eu, que sou adepto de cães e gosto dessa raça - não posso negar que gosto dessa raça - fiquei numa situação difícil, porque se eu aprovasse, depois poderiam cobrar dizendo: Como é que o senhor foi aprovar um projeto assim, deputado? Como eu não tinha conhecimento do teor do projeto, pedi para me abster, e me absteve da votação desse projeto aqui no plenário.

Eu estava vendo hoje, foi divulgado na imprensa, o projeto teve bastante repercussão, porque determina a esterilização de todos os cães da raça com mais de seis meses de idade; proíbe o comércio e a criação, além de estipular multas mais severas para quem conduzir o animal sem coleira e sem focinheira. A lei prevê, também, a aplicação de multas de R\$ 5 mil, no caso de ataques do animal, ou descumprimento da lei. Os cães não poderão circular sem focinheiras ou guiados por menores de 18 anos em ruas, praças, jardins, parques, perto de hospitais, ambulatórios, escolas.

Enfim, conhecendo isso a grosso modo - eu que sou parceiro de partido do deputado Marcos Vieira -, até diria que poderia votar a favor do projeto, mas com restrições, porque se por um lado vem ao encontro dos anseios da sociedade como um todo, que vê um cão Pit Bull e fica assustada e tudo mais, por outro lado, muitos dos senhores sabem que já existe lei aqui em Florianópolis e em muitos outros municípios que proíbem os cães Pit Bull e Rottweiler, de andar sem a focinheira.

Mas, se os senhores forem fazer uma caminhada na Beira Mar, em alguns lugares aqui de Florianópolis, vão ver que vários cães da raça Pit Bull andam sem focinheira e nada acontece. A impressão que tenho é que essa lei vai-se juntar a tantas outras que não são cumpridas.

Por outro lado, fico pensando como é que fica a situação daqueles que tratam o cão com zelo, com carinho e têm nele o seu grande amigo. Conheço muitos amigos que têm essa raça que são dóceis, extremamente dóceis. Não, ele tem uma índole má. O Pit Bull tem uma índole má! Eu não concordo, não concordo!

Não vou poder estender mais a minha conversa concordando ou não concordando, porque o meu horário terminou. Oportunamente voltarei a falar sobre essa raça, até porque não posso prosperar no meu raciocínio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até dezenove minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Nobres deputados, TVAL, Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores. O que me traz aqui hoje rapidamente é uma notícia que todos já estão cansados de saber, mas que vale a pena mais uma vez registrar.

(Passa a ler.)

"Vejam bem quanto trabalho e quantos cuidados, quanto de ciência foi agregada ao processo original da ordenha manual, para que possamos consumir em larga escala um leite de qualidade.

Mas, de uma hora para outra, graças à ação de gente sem vergonha, inescrupulosa, mau caráter, passamos a uma condição de insegurança, em que já não sabemos se aquele leite que os avós, os pais, compram na padaria ou no supermercado tem ou não boas condições, se pode envenenar nossas crianças e principalmente nossos idosos.

Já não temos tanta certeza se é um produto benéfico ou algo que possa fazer mal e até causar a morte de muitas pessoas. Uma dúvida que fica para cada dona-de-casa, para cada mãe e cada pai responsável que bem cedo prepararam o café de seus filhos.

Nós estamos diante de uma grande falcatrua, repito, que felizmente começou a ser detectada pelos aparatos policiais.

Eu chego a pensar que gente que coloca água oxigenada, soda cáustica no leite, é gente que não respeita ninguém, nem o consumidor, nem o produtor que ordenhou sua vaquinha lá na sua propriedade, encheu o tambor e foi para a beira da estrada esperar o caminhão da cooperativa ou da indústria passar, e desmereceu todos os que fazem parte da cadeia produtiva e de consumo. Por mais que garantam que em quantidades mínimas até não faça mal, mas ao mesmo tempo, quando a imprensa perguntou ao bioquímico se ele tomaria aquele leite ele foi categórico! "Não!"

Neste Parlamento o assunto deve ser debatido, eminentes parlamentares, e com profundidade, pois o problema aconteceu em Minas Gerais. Aliás, Minas Gerais é famosa nessas coisas, depois do juiz! Mas aqui em Santa Catarina já se sente o reflexo, e muitos colegas deputados que têm ligação com o segmento agropecuário sabem que o problema está no campo, o preço do produto baixou e todos estão sofrendo por conta de picaretagem de meia dúzia de gente que resolveu fazer tudo isso bem lá longe.

Senhoras e senhores, a sociedade clama por fiscalização eficiente, e é por isso que estou apresentando uma moção pedindo aos ministérios da Saúde e da Agricultura, cuidados extremos na fiscalização do leite, e ao da Justiça, muito rigor para punir os culpados pela adulteração do produto.

O crime de contaminação do leite coloca seus autores, no meu ponto de vista, em condições inferiores aos que praticam o tráfico de drogas, porque o traficante sabe para quem está vendendo, e quem está comprando sabe o que está comprando, agora as nossas crianças, os nossos doentes e os nossos idosos não sabem que estão bebendo leite contaminado, por isso merece de nossas autoridades nacionais, punição severa."

Agora divido o meu tempo com o companheiro, eminente deputado Renato Hinnig.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Renato Hinnig, pelos minutos restantes do PMDB.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, trago à tribuna o motivo natalino.

Quero ressaltar um trabalho que é realizado pelos Correios e que atende a uma expectativa das crianças em relação ao Papai Noel. Os Correios, de uma forma criativa, lançaram, tempos atrás, a proposta de que cada cidadão pode adotar uma cartinha. A criança elabora uma carta endereçada ao Papai Noel, que vai para uma caixa nos Correios. E aqueles que querem adotar uma cartinha têm acesso a essas cartas, fazem a leitura e escolhem uma ou mais cartas para atender ao pedido da criança. E o brinquedo, ou o pleito, da criança é encaminhado de volta àquela criança como se fora o presente de Papai Noel.

Sem dúvida nenhuma, é uma idéia muito inteligente que faz a alegria de muitas crianças que, não fora isso, não teriam sequer a possibilidade de receber um pequeno brinquedo.

Então, quero parabenizar os Correios por esse trabalho e pedir para aqueles que nos assistem darem uma volta até a agência dos Correios mais próxima, procurarem a caixa do Papai Noel e adotarem uma cartinha para fazer a alegria de muitas crianças.

Mas quero também aproveitar este espaço para enaltecer todo o trabalho que vem sendo realizado em Santa Catarina para melhorar o fluxo turístico em nosso estado. E por conta desse trabalho todo, a última edição da revista *Viagens* trouxe uma matéria que coloca Santa Catarina como o primeiro estado em fluxo turístico entre os estados brasileiros, e isso nos enche de alegria. Sem dúvida nenhuma, esse fato aconteceu porque existem muitos motivos para que os turistas venham a Santa Catarina e cada vez mais tenham vontade de aqui comparecer.

Registro isso em função de festas, como a Festa das Flores que vamos ter na cidade de Joinville. Também estive participando, nesse último final de semana, da 3ª Marifest, a festa do marisco realizada no município de Palhoça, o maior produtor de mexilhões do Brasil e que responde por 50% de todos os mexilhões produzidos no país.

E esse trabalho tem que continuar. Temos a perspectiva de, em 2014, sediarmos jogos da Copa Mundial de Futebol. E quero aqui enaltecer a iniciativa do deputado Cesar Souza Júnior, que ontem ingressou com uma solicitação de formação de uma frente parlamentar. Gostaria, desde já, de me colocar também como um dos parlamentares que vão trabalhar nesse sentido. E quero estar lado a lado com v.exa., deputado Cesar Souza Júnior, nesse trabalho que reputo da maior importância para Florianópolis e para Santa Catarina, porque nada mais, nada menos do que metade da população do planeta vai assistir aos jogos da Copa do Mundo. E será uma oportunidade única e ímpar para Santa Catarina aparecer para o mundo inteiro, mostrando todas as maravilhas do nosso estado, toda a qualidade do nosso povo, a pujança da nossa indústria e o empreendedorismo do nosso povo.

Também será uma bela oportunidade de podermos melhorar toda a questão de infraestrutura de estradas, de eventos, da rede hoteleira. Também poderão ser feitos investimentos no saneamento básico tão necessário, já que Santa Catarina detém, hoje, o vergonhoso título de penúltimo estado quanto ao saneamento básico. Isso não pode mais acontecer.

Temos acompanhado o trabalho que vem sendo realizado pela nossa Companhia de Águas, muito bem dirigida pelo nosso companheiro Walmor De Luca, que se tem esforçado bastante e, nos últimos anos, feito uma reformulação na gestão e no modo de administrar daquela empresa, apresentando resultados positivos. E com os lucros obtidos nos últimos anos, tem podido oferecer recursos em contrapartida para retomar as obras de saneamento básico no nosso estado. E agora, com o aporte de recursos do PAC, estamos observando que muitas obras estão sendo preparadas para acontecer, especialmente na região de Florianópolis.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Concedo com muita honra um aparte ao deputado Cesar Souza Júnior, que teve a iniciativa da frente parlamentar da Copa 2014.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Renato Hinnig, cumprimentando v.exa. pelo seu pronunciamento, gostaria apenas de dizer que essa frente parlamentar será de toda a Assembléia Legislativa. E tenho certeza de que estará junto conosco nas iniciativas para que possamos demonstrar, acima de tudo, unidade política em Santa Catarina. Espero que a Assembléia possa entrar também não só no debate, mas em ações objetivas e específicas, até porque a definição do local da Copa do Mundo levará muito em conta o aspecto político. E nós temos que demonstrar que este Poder está unido aos esforços do governo do estado para que tenhamos aqui um marco na história de Santa Catarina e de Florianópolis, que seria a realização da Copa do Mundo em nosso estado.

Portanto, deputado Renato Hinnig, tenho certeza de que v.exa. irá se associar a essa grande iniciativa para que possamos, como Poder, demonstrar uma mensagem inequívoca de que estamos ao lado desse projeto e que naquilo que for de nossa responsabilidade trabalharemos para trazer a Copa do Mundo para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Agradeço, deputado Cesar Souza Júnior.

Sem dúvida nenhuma, a mobilização da classe política, dos parlamentares estaduais e federais, do Poder Executivo, do Poder Legislativo municipal, enfim, de todos os agentes políticos será importante, como também não vai faltar apoio e também mobilização da classe empresarial e de todas aquelas pessoas que querem bem a Santa Catarina.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Agradeço a oportunidade do aparte.

Quero parabenizar v.exa. pela sua visão de quem quer o melhor para o estado, de quem tem o conhecimento do empreendimento e de quem tem o conhecimento da necessidade administrativa.

Sem dúvida nenhuma, a partir do momento que conseguirmos trazer a Santa Catarina esses investimentos, haverá a evolução em toda a nossa infra-estrutura. Quer dizer que quem se posiciona contrário à realização do evento da Copa do Mundo no Brasil, não está vislumbrando a grande possibilidade daquilo tudo que pode ser construído de forma positiva, e da movimentação econômica e financeira que vai acontecer.

Então, eu creio que Santa Catarina será privilegiada. A nossa capital, a capital dos catarinenses, receberá investimentos no Estádio Orlando Scarpelli. Fico um pouco enciumado, pois queria levar essa condição à cidade que represento, que é Balneário Camboriú. Mas de alguma maneira ainda vamos agir para, pelo menos, levarmos as delegações para se hospedarem em Balneário Camboriú. Porque, sem dúvida, a nossa cidade não pode ficar fora desse contexto, já que possui a maior rede hoteleira do sul do país e, até podemos dizer, da América do Sul. E queremos dar a oportunidade aos nossos empreendedores de Balneário Camboriú, mostrando também a pujança daquele povo, por que da existência de toda aquela estrutura, e fazendo com que essa participação de Santa Catarina fique marcada positivamente com a apresentação da nossa cidade.

Parabenizo v.exa. e falo isso já como membro integrante dessa frente parlamentar idealizada pelo nobre guerreiro, notável e grande revelação da Assembléia Legislativa, deputado Cesar Souza Júnior.

Parabéns a todos vocês e parabéns à Assembléia Legislativa por ter tido a visão de dar o pontapé inicial a esse grande movimento pró-realização da Copa do Mundo no Brasil.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Edson Piriquito, agradeço a sua participação. E quem sabe em 2014 v.exa. esteja dirigindo o município de Balneário Camboriú como prefeito e poderá, certamente, criar alternativas suficientes para atrair para o seu município esse grande público que irá vir assistir aos jogos da Copa aqui em Florianópolis.

É importante ressaltar também que um evento como esse atrai não só investimentos públicos, mas também investimentos da iniciativa privada, que tem interesse de fazer a divulgação do seu produto, da sua empresa. Assim sendo, vai participar em parceria com os órgãos governamentais para viabilizar toda a infraestrutura necessária e importante para que os jogos transcorram na maior normalidade possível.

Além do aspecto do jogo em si, certamente possibilita a realização de outros eventos, roteiros turísticos de compra. E aí temos uma bela oportunidade para fazer com que Santa Catarina toda seja percorrida por esses turistas que aqui virão assistir aos jogos. E não tenho dúvida nenhuma de que o nosso estado vai ganhar muito. Temos aqui a possibilidade de mostrar as nossas belas serras, de fazer com que os turistas usufruam das nossas águas termais e também aproveitem o momento para aqui gastar e adquirir produtos catarinenses.

Tenho a certeza de que essa é uma bela oportunidade e que a classe política e todos se mobilizarão para que os entraves que ainda existem sejam removidos e possamos concretizar esse sonho de ver realizados, aqui em Florianópolis, em Santa Catarina, os jogos da Copa do Mundo de 2014.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, o que me traz à tribuna são alguns assuntos. Mas o primeiro deles diz respeito a um fato levantado pelo eminente deputado Kennedy Nunes no dia de ontem. Infelizmente, o deputado não está presente em plenário agora, mas é algo que precisa ficar devidamente esclarecido.

O deputado Kennedy Nunes, no dia de ontem, leu uma matéria do jornal local da cidade de Timbó na qual havia uma série de colocações acerca do secretário Regional do Médio Vale, Luiz Polidoro, que, inclusive, se encontra hoje aqui nesta Casa trazendo todos os esclarecimentos.

E no corpo da matéria há uma série de colocações acerca de um desacerto de informações em relação à secretaria Regional do Médio Vale e o governo do estado. A matéria é realmente bastante apimentada, bastante editorializada, para usar uma expressão da mídia, que é você, numa matéria, já transpor claramente uma opinião e não ouvir a outra parte envolvida, no caso do secretário Luiz Polidoro.

Estive em contato com o secretário, ele trouxe, de uma rádio local do município de Indaial, a gravação que originou aquela matéria, e o que eu pude verificar foi que a declaração do secretário foi num sentido bastante diverso daquilo que originou a matéria do jornal e daquilo que foi levado à tribuna da Assembléia no dia de ontem.

A matéria dava conta do secretário explicando à sociedade indaialense e a toda a região o porquê de alguns gastos de custeio da secretaria. E o que o secretário colocou foi que os gastos estavam bastante baixos em relação ao padrão da administração pública, posto que foi feito um grande esforço na região do Médio Vale para que se tivesse os menores gastos possíveis. O corpo da matéria não trazia a opinião do secretário e a que foi lida aqui no dia de ontem era uma opinião de um jornal local sobre uma entrevista. Mas aquilo que foi aqui colocado não consistia, em absoluto, à opinião do secretário Luiz Polidoro, um homem sério, decente, de reputação ilibada em todo o Médio Vale do Itajaí.

Então, o secretário Luiz Polidoro, inclusive, está aqui presente hoje nesta Casa à disposição para esclarecimentos, a própria gravação também está à disposição, e ela não condiz com nenhuma daquelas acusações apresentadas aqui.

Eu até creio que o deputado Kennedy Nunes valeu-se do que leu no jornal, mas se ele também tiver a oportunidade de ouvir a entrevista, lá perceberá que o que houve naquela matéria foi uma opinião do fato, uma interpretação de alguém, e não a realidade objetiva e absoluta dos fatos.

Gostaria aqui de deixar claro que o secretário Luiz Polidoro vem realizando um grande trabalho na secretaria Regional do Médio Vale. Este ano o governo do estado investiu mais de R\$ 5 milhões na região do Médio Vale, para não contar os R\$ 10 milhões, em dezembro do ano passado, da subestação da Celesc. E o trabalho lá realizado é sério, correto, competente, eu tenho certeza, porque lá está um homem que tem 35 anos de vida pública ilibada, um homem que foi duas vezes prefeito da cidade de Indaial, uma das pessoas que têm grande carisma e grande credibilidade na região do Médio Vale.

Então, que as coisas fiquem no seu lugar! Nós não podemos trazer aqui para esta tribuna questões menores, questões de brigas políticas locais, e colocar isso como se fosse a verdade absoluta. Se nós, em cada uma das nossas localidades, começarmos a trazer publicações locais e lê-las aqui como se expressassem a absoluta verdade, certamente não estaremos trabalhando para que este Poder seja engrandecido e que aqui se trate das grandes questões catarinenses.

Portanto, fica aqui a outra visão de alguém que trabalha sério e direito. E o que fez foi esclarecer à sociedade sobre os custos da sua secretaria, mas em nenhum momento fez nenhuma intriga, em nenhum momento criticou ninguém. Apenas esclareceu, o que é seu dever, à sociedade do Médio Vale do Itajaí.

Então, encerrando esse assunto, gostaria de colocar, inclusive, a gravação à disposição de qualquer deputado que queira dela fazer uso. E assim verá que lá não há nada da pimenta que foi despejada aqui no plenário no dia de ontem. O teor é completamente diverso daquela matéria que foi lida aqui na tribuna.

Quero, por fim, deputado Renato Hinnig, colocar a minha gratidão de ver que v. exa. também está disposto a participar da frente parlamentar. Foram 18 parlamentares que ontem aqui se manifestaram por escrito, e vários outros ainda certamente estarão em conjunto conosco para trazer-mos, efetivamente, a Copa do Mundo de 2014 para Santa Catarina. Não é para Florianópolis, é para Santa Catarina. É o nosso estado que vai estar na vitrine nacional através da participação na Copa do Mundo. O deputado Edson Piriquito, que é representante de Balneário Camboriú, falou que infelizmente o jogo não será naquela cidade, mas certamente os benefícios de termos uma Copa do Mundo em nosso estado se estenderão para Balneário Camboriú, para o sul do estado, para o oeste catarinense e para o norte do estado.

Então, é fundamental que demonstremos unidade política e que este Poder exerça o seu papel funcionando como um poder também de intermediação, de conversa, de diálogo e de orientação das ações. O Brasil precisa saber que Santa Catarina está unida na direção de receber aqui uma das sedes da Copa de 2014.

É um jogo difícil, é um jogo duro, alguns já dizem que somos cartas fora do baralho, mas não acredito. Creio que se nós trabalharmos de uma maneira eficiente, unidos em torno desse objetivo, estaremos conquistando algo maior que todos nós, maior do que o interesse de governo, maior do que os interesses e postulações legítimas de oposição, portanto, que é o desejo de a sociedade catarinense em ver aqui realizado esse grande evento de proporções mundiais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero cumprimentá-lo, deputado Valmir Comin, por estar neste momento presidindo a sessão e os demais deputados aqui presentes.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, como médico, como profissional da área da saúde, tendo em vista, deputado Pedro Baldissera, deputado Dirceu Dresch, que é do nosso partido, o embate que se deu ontem com relação à moção da CPMF, quero fazer uma intervenção nesse sentido. Primeiro quero parabenizar o deputado Nilson Gonçalves pela sua defesa veemente quanto a esses recursos e o seu papel preponderante da CPMF na saúde do povo brasileiro, como também o deputado Peninha, que votou contra a moção acompanhando o governador do estado de Santa Catarina, que escreveu inclusive um documento aprovando a CPMF como uma necessidade no momento da política pública brasileira.

Deputado Nilson Gonçalves, enquanto empresários fazem um monte de listas denunciando - mas quando não devemos não é uma lista que vai tirar a nossa posição e o nosso princípio de defesa com relação a questões básicas, que são claras e necessárias no momento importante da conjuntura econômica do Brasil -, ao mesmo tempo sabemos da importância do segmento da análise da política pública.

Faço esta observação porque está em voga agora a discussão da Emenda n. 29, que trata da aprovação de recursos mínimos para a Saúde, quando deverão os estados aplicarem no mínimo 12%, os municípios 15% e a União 10% do seu Orçamento. E quando olhamos os estados do sul do Brasil, vemos que o Paraná aplica 11,1%, Santa Catarina 10,72% e o Rio Grande do Sul, que tem uma governadora tucana, aplica 5,87% apenas.

Quando o deputado José Natal, ontem, aqui, disse que não estão sendo aplicados os recursos do SUS, quero ler aqui o levantamento dos investimentos feitos. No ano 2000 foram investidos R\$ 20 bilhões em saúde; em 2001 foram investidos R\$ 22.474; em 2002, quando assumimos o nosso governo, foram investidos R\$ 24.737; em 2003 foram R\$ 27 bilhões, em 2004 foram R\$ 32 bilhões, em 2005 foram R\$ 37 bilhões; em 2006 foram investidos em saúde no Brasil R\$ 40.751 bilhões, mostrando que quase dobrou o volume de recursos para a Saúde. Ainda temos deficiência, ainda faltam recursos, sim, temos que reconhecer, mas neste momento em que passamos por essa defasagem, do dia para a noite querem excluir recursos da ordem de R\$ 40 bilhões do Orçamento previstos para investimento em saúde!

Há que se dizer que anteriormente, dos recursos da CPMF, a maior parte não era investida em saúde, mas hoje 52,6 vão para o Orçamento do ministério da Saúde, 26,3 para a Previdência, 21,1 para o Fundo de Combate à Pobreza.

Sabemos que no Brasil há dificuldades na saúde, mas também não podemos sacrificar o SUS dizendo que ele não é um programa de saúde generoso. O SUS atende no país 145 milhões de brasileiros, contra 45 milhões de brasileiros de planos privados, que também têm direito à saúde. Basicamente duplicamos o volume de recursos para a área da saúde no nosso governo, com previsão de até 2010 chegarmos a 80 bilhões, e ainda assim querem tirar esse dinheiro!

Entendo quando o governador defende a CPMF, porque Santa Catarina, com todos os esforços que faz, também tem dificuldades. Sabemos que há uma lista de espera de três anos para fazer uma cirurgia, como foi divulgado no jornal *A Notícia*, faltando até roupa de cama no serviço de cardiologia do Hospital Regional, que, segundo justificativa do médico, foi problema de licitação, mas isso não vai dificultar os serviços.

Se nós observarmos a manifestação do Ministério Público sobre o Hospital Regional de Joinville, exigindo que ele funcione, exigindo que tenha os equipamentos, que a UTI seja colocada em funcionamento, com o serviço de ressonância, devemos ainda assim retirar os recursos destinados à saúde?

Sabemos o empenho do governo em querer botar em funcionamento esses serviços, mas simplesmente vêm aqui dizer que temos que retirar esses recursos de investimento à saúde.

CPMF nada mais é do que um tributo Robin Hood, deputado José Natal, porque no governo de Fernando Henrique esse dinheiro não ia para a saúde, diferente do nosso.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

No nosso governo esse recurso tem mantido a aposentadoria de produtores rurais que não eram atendidos! Se formos avaliar, não eram atendidos pelo SUS, até a Constituinte, indigentes; produtor rural tinha que ter Funrural, mas esse sistema foi universalizado graças ao movimento da reforma sanitária, graças às conferências nacionais de saúde.

O que temos que ter claro, deputado José Natal, é que antes de dizer que esse dinheiro não é investido, é observar números, e números nós temos!

O que temos que mostrar é que o nosso governo pagou a dívida do FMI; ele não aumentou e não endividou mais este país, melhorando as reservas cambiais, dando segurança para investidores, principalmente o Risco Brasil e o dólar, que v.exa. falou ontem. Não foi o nosso governo que fez, ele pegou naquele estado este país e nós estamos começando a colocá-lo nos trilhos.

Por isso, deputado José Natal, que sinto não poder lhe ter concedido um aparte, nós vamos, neste mandato, defender veementemente a aprovação da Emenda n. 29, porque queremos ver a governadora do Rio Grande do Sul aplicar 12% em saúde e o Aécio Neves, que aplica 7%, também aplicar 12% em saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu queria informar que tive a grata oportunidade de participar, no dia 30 de outubro, do Primeiro Encontro de Corais, organizado pelo coral da Assembléia Legislativa, em comemoração ao Dia do Servidor.

Participaram desse primeiro encontro, além do coral da Assembléia Legislativa, que foi, como já falei, organizador do evento, a Associação Coral do Besc, o Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses, o Coral Hélio Teixeira da Rosa, do Tribunal de Contas, e o Coral Encantos.

Gostaria, então, de parabenizar todos os servidores deste Poder Legislativo, especialmente aqueles que participam do coral, por esse belo trabalho que fazem, e todos os demais participantes desse encontro aqui citados e dizer também que precisamos

nos preocupar cada vez mais com a cultura, porque se o trabalho faz o ser humano, se o trabalho constrói, erige o ser humano em ser social, é preciso dizer que a cultura e a arte são a sua essência, a sua forma de manifestação de vida.

Parabenizo novamente todos os coralistas, os maestros, os participantes do coral, especialmente os daqui desta Casa, que toda semana treinam, de forma desinteressada e sem nada a receber, para fazer essas apresentações e essa demonstração da cultura do nosso povo.

Srs. deputados, acho interessante, e não posso deixar de comentar, até para complementar a minha fala anterior, o fato de que daqui a pouco votaremos neste Parlamento um projeto de origem do Poder Executivo, que trata sobre a remuneração dos servidores da Udesc, professores, trabalhadores, técnicos-administrativos daquela universidade. Mas acho interessante porque não houve nenhum debate, nenhuma audiência pública e, ao que me consta, não foi construída nenhuma discussão aqui na cidade, de forma que a maioria dos deputados certamente nem sabe de quanto será esse reajuste, se é que sabem que vai haver.

Mas me perguntaram se isso teria alguma coisa a ver com a eleição para reitor, porque vai ter segundo-turno para reitor na Udesc, na semana que vem. E se esse for o caso, eu gostaria de informar também que a Aprasc terá eleição para a sua diretoria agora este mês. Se quem faz eleição de repente tem direito a ganhar um reajuste de salário, a Aprasc vai fazer eleição agora da nova diretoria este mês. Mas há uma diferença com relação à Udesc: lá na Aprasc ainda é chapa única. Talvez se alguém do governo tiver uma chapa um dia e houver interesse, então, nos momentos de eleição também poderemos ganhar um incremento salarial.

Mas gostaria de perguntar a um representante do governo, que possa nos informar, qual o impacto financeiro e de quanto é esse incremento salarial que os servidores da Udesc vão receber.

Quero também dizer que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, através da Aprasc, vão realizar uma atividade por semana até o início da Operação Veraneio e afirmar que está em pauta, na Segurança Pública, não só na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, mas também na Polícia Civil - e nós estivemos debatendo com o Sindicato dos Trabalhadores da Polícia Civil - Sintrasp -, a possibilidade de paralisação da Segurança Pública antes da metade do mês de dezembro e que a Aprasc e a Sintrasp aguardam uma negociação por parte do governador Luiz Henrique da Silveira, negociação essa que esperam desde outubro do ano passado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a eminente deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Obrigada, sr. presidente, deputado Valmir Comin, nosso amigo de longa data.

Sras. deputadas e srs. deputados, eu apenas quero dar continuidade ao meu pronunciamento que iniciei no primeiro horário das Breves Comunicações e dizer a v.exas. que nós já temos o parecer da Procuradoria da Casa. O colegiado de procuradores nos deu um parecer favorável no sentido de que nós podemos fazer um plebiscito ou uma consulta popular.

Então, compete à Assembléia Legislativa, através da sua Presidência, sob a responsabilidade do deputado Julio Garcia, da Mesa Diretora, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado, com o Tribunal Regional Eleitoral, consultar a população. É opinião pública, é o trabalhador, é toda a população dando o seu parecer, ou seja, se eles aceitam, se eles querem ou não. Vai depender da população catarinense que vai dar a sua devida opinião.

Mas eu ainda gostaria de dizer a v.exas. que antes do plebiscito nós teremos que ter, como eu já salientei, a divulgação através da nossa TV AleSC, da nossa Rádio Digital, uma explicação a respeito dos produtos transgênicos, o que são os transgênicos, os produtos geneticamente modificados, se causam perigos à população ou não. Então, seriam matérias que estariam sendo veiculadas através do veículo de comunicação para que a população conheça, saiba e se manifeste através do plebiscito.

Deputado Pedro Uczai, eu estou colhendo assinaturas, porque eu sou proponente da criação de um fórum permanente para discutirmos a respeito dos transgênicos. V.Exa. sabe que está tramitando nesta Casa dois projetos de minha autoria: um para proibir os transgênicos na merenda escolar, que recebeu parecer favorável do relator, do deputado Professor Grandó, também conhecedor da matéria, como v.exa., e outro que solicita um selo de identificação em todos os produtos transgênicos que vão para os supermercados.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não! Ouço v.exa. que tem muito conhecimento também sobre essa matéria.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentar v.exa. por trazer esse debate e essa discussão sobre a transgenia, porque, pelo princípio da precaução, não se pode produzir, comercializar determinados produtos que não se tenha ainda estudos suficientes sobre os impactos ao meio ambiente ou à saúde humana.

Por isso que o debate da transgenia, dos organismos geneticamente modificados deve ser colocado sempre na pauta do Parlamento catarinense, para que o povo de Santa Catarina não possa ser prejudicado, num futuro próximo ou mais distante, pela utilização ou consumo de determinados produtos, porque ele não tem controle, sabedoria e conhecimento do que pode produzir de impacto.

Parabéns por este debate, parabéns por esses encaminhamentos e o plebiscito é a melhor forma, às vezes, democrática de consultar a população se quer ou não consumir determinado produto.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputado Pedro Uczai, brilhante parlamentar, conhecedor também da matéria, que provavelmente participará conosco desse fórum permanente dos produtos geneticamente modificados.

Meu tempo é curto, mas eu ainda gostaria de pedir apoio a todos os srs. parlamentares para que indiquem um representante para participar desse fórum permanente, a fim de discutirmos os produtos geneticamente modificados.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, já me pronunciei aqui a respeito da má situação do norte catarinense, especialmente dos municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, com relação à situação caótica que passa o setor moveleiro.

Tivemos ontem mais uma manifestação ou mais uma decisão de uma grande empresa do grupo Battistella, sediada em Rio Negrinho, que está dando aviso prévio a 400 colaboradores, e vai mudar o foco, inclusive, dos seus produtos para poder manter-se no mercado.

Isso se deve a vários fatores da nossa política de exportação, porque alguns setores não têm correspondido com a nossa realidade brasileira. Tenho me manifestado por várias vezes e dito que alguns setores da economia no país têm suportado e até conseguido resultados, principalmente os *commodities* agrícolas, mas que na verdade não geram impostos ou geram poucos impostos e também pouquíssima mão-de-obra, porque não são produtos manufaturados e não agregam valor.

Os produtos industrializados, em especial os do setor moveleiro que é um dos grandes setores do Brasil, são geradores de riqueza e principalmente de mão-de-obra, porque agregam valor na sua industrialização. Existem empreendimentos que diminuíram os seus produtos manufaturados para exportar a madeira praticamente *in natura*, ou seja, pré-cortada.

Poderíamos falar sobre a política brasileira de exportação, que no meu modo de ver não está prevendo longo prazo pela política existente no momento, dando ênfase às *commodities* e não dando condições estruturais para os manufaturados.

Poderíamos citar a carga tributária e as condições de financiamento para o setor exportador. Por mais que tenham feito algo, ainda é muito paliativo. O câmbio tem sido, talvez, um dos maiores problemas para o setor moveleiro da nossa região, e aliado a isso a burocracia e a falta de recursos para os exportadores, que têm na política de incentivo do governo federal o PIS e a Cofins. Existe uma burocracia, na nossa região catarinense, que depende do estado do Paraná, e há alegação de que o setor não tem recebido esses recursos, que é de direito, que é de crédito, assim como nós em Santa Catarina, que vivemos a mesma situação.

As empresas tendo dinheiro para receber do governo do estado, e prova disso foi que segunda-feira, em São Bento do Sul esteve presente o secretário Sérgio Alves e o secretário-presidente Alaor Tissot, que disseram que a SC Parcerias não tem dinheiro para pagar os compromissos que assumiu com o setor moveleiro e com todos os exportadores.

Isso nos preocupa e tenho falado sobre esse assunto diversas vezes, mas não vou me cansar, deputado Nilson Gonçalves, porque além de todos os problemas, isso afeta toda a nossa região, afeta São Bento do Sul e outros municípios. É preocupante porque isso vai causar e está causando um problema social.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Silvio Dreveck, estou atentamente ouvindo v.exa., e o assunto que traz a este Plenário eu também tomei conhecimento e também tanto quanto a sua pessoa, fiquei preocupado. São 400 empregos. Na verdade, se formos analisar o número de pessoas que vão ficar ao desabrigo do emprego, para cada pessoa significa mais três. Nós teremos aí mais de mil pessoas que ficarão ao desabrigo do emprego, e isso é apenas a ponta do iceberg, é uma ponta do problema que vem se agravando a cada dia que passa.

V.Exa. está certo com a insensibilidade dos nossos governantes que poderiam, de maneira mais objetiva, olhar esse setor que está sendo massacrado. Essa que é a grande verdade por essa política governamental que está beneficiando uma parte e prejudicando outra. Em outros países a atenção seria dada com o subsídio e com a isenção de determinados impostos para manter viva a indústria e o emprego.

Então, quero me solidarizar com v.exa. e dizer que estou à disposição se quiser marcar uma visita ao governador com as pessoas que representam o setor para levar os reclames desse segmento que é muito importante para a nossa região.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado deputado Nilson Gonçalves, e eu agradeço pela solidariedade não só às empresas, mas a nossa classe trabalhadora.

Como eu disse, não há uma decisão para resolver o problema. Nós sabemos que a questão é conjuntural e que o governo não pode fazer tudo, mas a parte que é de sua competência, que é de sua responsabilidade nós não podemos deixar de cobrar. E vamos cobrar tantas vezes quantas forem necessárias, porque há a responsabilidade de fazer os pagamentos dos créditos de ICMS, dos créditos do PIS e da Cofins e nós vamos estar aqui cobrando porque é justo e merecido.

Como o disse o deputado Nilson Gonçalves, além dos 400 colaboradores existem os empregos indiretos e os familiares, que certamente pagarão uma conta alta por conta de uma visão de curto prazo e que acaba sendo, de certo modo, irresponsável perante essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, com a permissão de v.exa. e autorização do líder do governo, queremos fazer um apelo aos deputados que se encontram nos gabinetes para descer ao plenário, pois temos dois projetos que requerem votação nominal que são de grande importância, porque vamos resolver hoje, se Deus quiser, atendendo apelo de todos os líderes, o problema da Udesc.

Então, eu quero fazer um apelo aos deputados que se encontram em seus gabinetes para virem ao plenário, pois estamos com exatamente 20 deputados. Com o deputado Edson Piriquito que está chegando temos 21, o necessário para votarmos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0346/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Estrela Guia - Associação em Defesa das Mulheres Profissionais do Sexo, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0041/2007, de origem governamental, que altera o dispositivo da Lei Complementar n. 345...

Aguardando o apelo do deputado Onofre Santo Agostini, a Presidência, com a concordância dos srs. líderes, passa este projeto para o final da pauta e procede da mesma forma em relação ao Projeto de Lei n. 0042/2007.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0100/2007, de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Comunica também que a comissão de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0115/2007, de entidade social encaminhando relatório de atividades.

E que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à proposta de alteração de Regimento Interno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0138/2007, de origem da comissão de Finanças e Tributação, que altera dispositivo da Lei n. 13.337 de 2005, que autoriza o estado de Santa Catarina a prestar aval para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0298/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Campo Erê (Regularização de ocupação - Apae).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0552/2007, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei n. 13.541 de 2005, que autoriza a doação de imóvel no município de Lages.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0012/2007, de autoria da Mesa Diretora, que institui gratificação pelo desempenho de Atividade Especial para os servidores do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto com a emenda modificativa.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0242/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade o Clube de Mães Unidas do Bandeirantes, de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto com a emenda modificativa.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0345/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Agedh - Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Temos ainda dois Projetos de Lei Complementar n.s 0041 e o 0042.

Consulto os srs. líderes se poderemos votá-los.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0041/2007, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc (altera art.22).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a respeito dos projetos n.s 0041 e 0042, gostaria de fazer duas perguntas ao líder do governo: qual o impacto financeiro relativo a esses dois projetos e quanto implica em incremento salarial para os servidores da Udesc?

Quero manifestar que me sinto surpreso, porque na semana passada o secretário de Articulação do Estado Ivo Carminati, informou a este parlamentar em conversa pessoal no Centro Administrativo que este ano não havia possibilidade de nenhuma discussão de qualquer montante de incremento salarial, mas vemos aqui que chegam à Assembléia projetos concedendo aumento aos servidores da Udesc praticamente sem discussão.

Todos nós aqui sabemos o quanto rendeu de discussão qualquer incremento salarial para os servidores públicos nesta Casa ao longo desses cinco anos. Quero dizer também que, de antemão, votarei favorável, até porque jamais votarei contra qualquer projeto que beneficie a demanda justa e legítima dos trabalhadores, mas quero manifestar, primeiro o desconhecimento da grande motivação para essa demanda; o estranhamento pelo fato de se reiterar permanentemente, e de autoridades do governo terem vindo diante da imprensa e dos servidores públicos, de forma reiterada, garantir que não existe condição para discutir e negociar qualquer questão salarial.

Nós temos falado aqui o contrário. A nossa tese neste Parlamento tem sido a de que existe a possibilidade de aumento, uma vez que o governo está gastando proporcionalmente 3% a menos com os salários do que gastava no primeiro mês do seu mandato.

No último mês do governo Esperidião Amin, foi gasto, em dezembro de 2002, 48,62% da receita corrente líquida com salários, e estamos agora com menos de 46%, 45% e pouco no ano passado e durante os últimos 12 meses chegamos aos 43,99%, mas temos ouvido discursos reiterados por parte das autoridades do governo, especialmente aqueles do comitê gestor, de que não existe recurso, mas agora, numa determinada quarta-feira, véspera de feriado, com uma tramitação mais ágil, mais rápida do que o normal nesta Casa, nós temos aqui um projeto para incrementar o salário dos servidores da Udesc.

Repito que sou favorável, porque acho justa a demanda dos servidores da Udesc, mas registro meu estranhamento, e com certeza isso aqui faz aumentar a indignação, o sentimento de injustiça por parte de todos os servidores da Segurança Pública de Santa Catarina, não só os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, mas também os Policiais Civis que estão tendo de R\$ 100 a R\$ 800 descontados do salário por causa dos três dias de paralisação no mês de maio. Mês de maio, há cinco meses!

De lá para cá não tivemos nenhuma conversa efetiva com o governo, então parece que existe alguma coisa errada acontecendo na administração dos recursos e no trato dos servidores públicos no estado de Santa Catarina.

Este é o meu registro, e a minha posição. Votarei favorável, porque considero justa a demanda dos trabalhadores da Udesc, mas registro o descontentamento e a indignação dos servidores da Segurança Pública que estão sendo tratados com descaso por parte do governo.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Estamos em processo de votação, a Presidência determina a abertura do painel para que possamos adiantar a votação, independentemente dos encaminhamentos que possam ocorrer.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi, líder do governo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu compreendo a irrisignação do deputado Sargento Amauri Soares, aliás cotidianamente manifestada neste Parlamento, com relação ao efetivo cumprimento ou ao cumprimento integral dos termos da Lei Complementar n. 254/2003. Grande parte desta lei já foi cumprida por este governo num entendimento histórico havido com todas as categorias da área da Segurança Pública.

É bem verdade que há algo para se implementar, e no momento que o governo tiver a disponibilidade financeira possível, ele efetivamente o fará.

Mas, no caso concreto, sr. presidente e srs. deputados, estamos diante de dois projetos de lei complementar que representam o anseio há muito tempo acalentado pelos servidores da Udesc, Universidade do Estado de Santa Catarina, que foi aprovado por unanimidade ontem nas comissões.

E em resposta à indagação feita pelo deputado Sargento Amauri Soares, o valor a ser incrementado o será dentro do repasse ordinariamente feito pelo duodécimo da fonte 100 à Universidade do Estado de Santa Catarina, portanto, não haverá acréscimo de um centavo para o Tesouro do estado senão que o plano de carreira a ser implementado, a vantagem funcional a ser dada, o aumento expeditório a ser concedido será absorvido pelo repasse mensal que o estado de Santa Catarina faz, por obrigação constitucional, à Universidade de Santa Catarina.

Por isso o nosso encaminhamento é pelo voto sim, favorável, porque antes e acima de tudo é uma medida que faz justiça aos servidores da universidade e não vai impactar o Tesouro do estado em nenhum centavo, repito, porque o mesmo repasse que vem sendo feito no mês passado o será daqui para frente.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa bancada se manifesta favorável ao projeto. É legítimo e justo os servidores da Udesc reivindicarem os seus direitos. E nós, como aprovamos nas duas comissões da Casa, também nos manifestaremos favoráveis aqui, porque é uma luta histórica dos trabalhadores, do sindicato, dos técnicos. Portanto, essa luta histórica e essa reivindicação têm que ser atendidas pela direção da própria Udesc, dentro do seu percentual previsto financeiramente.

Em segundo lugar, sr. presidente, que essa votação seja definida numa conjuntura de véspera de eleição de segundo turno na Udesc. Eu falei na comissão, e repito aqui, que esse interesse de votação nesse momento não seja partidário, e sim uma decisão da Assembléia, reconhecendo esse direito de todos os servidores técnicos. E que não se utilize essa votação aqui, a partir de hoje, numa véspera de eleição de segundo turno, de uso eleitoral, de uso interno da universidade para um ou outro candidato - estou dizendo para um ou outro candidato -, mas que seja, efetivamente, uma conquista do coletivo. E para que o governo do estado, porque não é decisão externa, mas do próprio conselho universitário e do próprio orçamento da Udesc, não se utilize de perspectiva eleitoral, para eleger esse ou aquele reitor da Udesc.

Neste momento, numa véspera de feriado, há quórum, principalmente por parte da base do governo. Espero que na semana que vem eu não tenha que vir à tribuna dizer que usaram essa lei, usaram essa votação, usaram o Plenário da Assembléia Legislativa e nós, deputados da Oposição, para fazer eleitoralismo ou favorecer esse ou aquele candidato à eleição, na autonomia universitária. A universidade tem que ter autonomia e este Parlamento tem que manter, eticamente, a autonomia da universidade.

Por isso vou votar favorável, sim, nessa legitimidade que tem o direito dos funcionários, mas também a democracia interna na universidade, sem influência partidária!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes, líder do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu gostaria de encaminhar a nossa bancada para que vote favorável.

Mas também quero falar sobre algumas questões. Como dizia o deputado Pedro Uczai, a Udesc está vivendo um momento de eleição de segundo turno de reitoria. E a mesma pressa que vi por parte da bancada do governo para que chegasse esse projeto que estamos votando aqui - e ontem mesmo ser aprovado na comissão de Constituição e Justiça, hoje na comissão de Finanças e ter vindo hoje para o plenário -, eu gostaria de ter visto, como disse o deputado Sargento Amauri Soares, também na questão do cumprimento da lei.

Tenho aqui em mãos também uma reivindicação que é idêntica a dos funcionários da Udesc, que é dos funcionários do Porto de São Francisco do Sul, deputado João Henrique Blasi, líder do governo. Eles querem que se faça simplesmente uma incorporação de uma hora extra que eles ganham desde 1987, que está lá na secretaria da Administração e até agora não veio para esta Casa. Atende a 209 funcionários do Porto de São Francisco do Sul e até agora a secretaria não enviou para esta Casa com a mesma pressa que enviou este projeto da Udesc, na véspera da eleição.

Quero fazer um alerta aos funcionários da Udesc que estão aqui e que estão nos assistindo: tomara que isso não seja mais uma Lei n. 254, que foi aprovada em véspera de eleição, que esta Casa encheu de policiais e todos diziam: "Agora, todo mundo está com o Natal garantido". Mas depois, passada a eleição, não aconteceu mais nada.

Agora, o governo do PMDB está acostumado, todo o instante, a enganar o servidor público, aprovando leis aqui nesta Casa de aumentos salariais. E o funcionário fica com cheque sem fundo na mão, como foi feito no final de 2003 a aprovação da Lei n. 254, que foi aprovada e até agora não paga. E chegou na época de eleição do segundo turno, o então candidato Luiz Henrique da Silveira disse: "Eu vou pagar." No dia que tomou posse, ele disse: "Eu vou pagar". E até agora, quase um ano depois, não pagou!

Então, aos funcionários da Udesc, o meu conselho é: não contem com esse dinheiro antes do primeiro pagamento! Não façam dívida antes de receber a folha de pagamento contando com esse aumento, porque, ao ver o histórico deste governo, é costume aprovar leis nesta Casa e depois não cumprir na hora do pagamento.

Por isso o nosso voto será "sim", é claro, para que seja reparada essa questão dos funcionários da Udesc. Agora, digo mais uma vez, aos funcionários da Udesc: não façam dívida antes de vir a folha de pagamento e o dinheiro estar depositado no banco. Depois disso, então podem gastar. No caso dos policiais, até agora estão devendo e eles, chupando no dedo, com algumas promessas antes, durante e pós-eleição! Por isso o nosso alerta para que isso não aconteça de novo!

Digo mais uma vez, deputado João Henrique Blasi: peça para o seu governo desentocar o projeto do Porto de São Francisco do Sul! É algo bem mais fácil do que esse, da Udesc, mas ainda está lá entocado. A diretoria atual não está mais pagando e os funcionários não estão mais tendo condições... Essa gratificação representa 30% do valor do salário do funcionário. Então, que tenha a mesma pressa que teve o projeto da Udesc.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
Votaram 25 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, essa argumentação *ad terrorem* do deputado Kennedy Nunes obriga-me a usar da palavra para restabelecer a verdade em dois pontos. Equivocou-se o sr. deputado Kennedy Nunes ao dizer que a Lei n. 254 foi aprovada em período pré-eleitoral. Ela foi aprovada no ano de 2003, a eleição foi em 2002 e a seguinte em 2006.

Equivoca-se o deputado Kennedy Nunes quando diz que a Lei n. 254 não foi cumprida. Ela já foi cumprida em mais de 50%, e o será na parte remanescente, tão logo o governo tenha condições de fazê-lo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, só para esclarecer o que foi dito pelo deputado Kennedy Nunes, quero dizer que fui secretário de estado do governador Luiz Henrique e ele foi o único governador do estado até hoje que fixava a data de pagamento dos vencimentos e do 13º salário no primeiro mês do ano. O servidor público sabia da data do pagamento.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes (Intervindo) - Sr. presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem. O deputado está discutindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado tem a palavra pela ordem.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes (Intervindo) - Mas é o assunto? Questão de ordem não é para isso!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu tenho a palavra, pela ordem! Quando o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu o governo, os servidores do Porto de São Francisco tinham uma tabela de vencimentos que variava de R\$ 64,00...

Vou voltar ao assunto em outra oportunidade, porque o tempo não permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar n. 0042/2007, de procedência governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc (anexo único).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O projeto de lei complementar requer votação nominal e exige maioria qualificada.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" a rejeitam.

Em votação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, evidentemente que o PSDB encaminha favoravelmente a votação deste segundo projeto. E esse, sim, é o que reajusta a tabela dos servidores da Udesc.

Mas eu ainda queria voltar, sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. está encaminhando a votação do PLC n. 0042. Temos a santa paciência de fazer as coisas na devida ordem e no devido momento.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Mas enquanto ocorre a votação, sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Estamos em processo de votação!

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO JAILSON LIMA sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ NATAL
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim
DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
Votaram 25 srs. deputados.
Está encerrada a votação.
Temos 25 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.
Está aprovada a matéria em primeiro turno.
Consulta os srs. líderes para saber se podemos votar as matérias em segundo turno e, posteriormente, as redações finais. (Os líderes aquiescem.)
Havendo a concordância de todos os srs. líderes, assim procederemos.
Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h31min.
Está encerrada a sessão.
*** X X X ***.

ATA DA 048ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h31min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odetete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos de imediato à Ordem do Dia, conforme o entendimento das lideranças partidárias da Casa.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0042/2007, de procedência governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc - (anexo único).

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO JAILSON LIMA sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL sim
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA
DEPUTADO PEDRO UCZAI sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim
DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
Votaram 23 srs. deputados.
Está encerrada a votação.
Temos 23 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.
Está aprovada a matéria em sede de segundo turno.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0041/2007, de procedência governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc - (altera art.22).
Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
A votação será nominal e exige maioria qualificada.
Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.
(Procede-se à votação por processo eletrônico.)
DEPUTADA ADA DE LUCA sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO		DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	Votaram 26 srs. deputados.	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim	DEPUTADO MOACIR SOPELSA		Está encerrada a votação.	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	Temos 26 votos "sim", nenhum voto	
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	"não" e nenhuma abstenção.	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	Está aprovada a matéria em sede de	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO		DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim	segundo turno.	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim	DEPUTADO PEDRO BALDISSERA		Conforme entendimento dos srs.	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL		DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim	líderes, vamos votar a redação final das	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim	matérias aprovadas hoje na próxima sessão	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	extraordinária.	
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim	DEPUTADO RENO CARAMORI		Para isso, esta Presidência, antes	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA		de encerrar a presente sessão, convoca	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	outra, extraordinária, para hoje, às	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	16h34min.	
DEPUTADO JULIO GARCIA		DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	Está encerrada a presente sessão.	

ATA DA 049ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h34min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discute requerimento de sua autoria, que solicita estudos para concessão de isenção do pagamento de pedágio para os motociclistas que transitam nas rodovias federais.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Declara seu voto favorável ao requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita estudos para concessão de isenção do pagamento de pedágio para os motociclistas que transitam nas rodovias federais.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita estudos para concessão de isenção do pagamento de pedágio para os motociclistas que transitam nas rodovias federais.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Manifesta-se sobre os campos de altitude e a manifestação do Conama sobre a questão.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Afirma que o trabalho de conscientização sobre a conservação do meio ambiente deveria ser gradativo para não inviabilizar a sobrevivência do homem.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Registra a presença de Leonardo Martins Machado, presidente do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Univali, e do presidente do DCE da Faculdade Avantis, de Balneário Camboriú.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Reporta-se aos campos de altitude e à viabilidade econômica das cidades diante da globalização.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Ressalta sua preocupação com a região serrana em função da problemática dos campos de altitude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação das redações finais das seguintes matérias: Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0138/2007; Projeto de Lei n. 0298/2007; Projeto de Lei n. 0552/2007; Projeto de Resolução n. 0012/2007; Projeto de Lei n. 0242/2007; Projeto de Lei Complementar n. 0041/2007 e Projeto de Lei Complementar n. 0042/2007.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam os projetos mencionados em sede de redação final permaneçam como se encontram.

Aprovadas as matérias.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0688/2007, de autoria do deputado Silvio Dreveck, e 0689/2007, de autoria do deputado Clésio Salvaro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da empresa Vega do Sul, cumprimentando-o pelos investimentos na unidade de São Francisco do Sul.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral da Polícia Militar e ao comandante da Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina, cumprimentando-os pelo aniversário da Polícia Rodoviária Estadual.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, cumprimentando-o por sua eleição e posse naquele tribunal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao vice-presidente e à corregedora do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, cumprimentando-os por suas posses naquele tribunal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao promotor da Infância e Juventude de Joinville, cumprimentando-o pelas providências que culminaram na ação civil pública que garante o término das obras no Hospital Materno-Infantil Jeser Amarante.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao delegado regional de Balneário Camboriú, cumprimentando-o por sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jovem Riquelme Wesley dos Santos, cumprimentando-o pelo corajoso resgate de sua irmã em uma casa em chamas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores e produtores do documentário *Albertina, Sem Medo de Ser Santa*, cumprimentando-os pela brilhante obra realizada.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao diretor do Fórum de Timbó, cumprimentando-os pela instalação da Vara Criminal no município de Timbó.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao diretor do Fórum de Capinzal, cumprimentando-os pela instalação da 2ª Vara daquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao diretor do Fórum de Campos Novos, cumprimentando-os pela instalação da Vara Criminal naquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Martinho, Lages e Piratuba, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor e ao vice-reitor da UFSC, cumprimentando-os por suas posses naquela universidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos desembargadores Jaime Ramos, Alexandre d'Ivanenko, Newton Janke, Lédio Rosa de Andrade, Moacyr de Moraes Lima Filho, Jorge Henrique Schaefer Martins, Marli Mosimann Vargas, Sérgio Izidoro Heil e José Carlos Carstens Köhler, cumprimentando-os por suas posses no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos professores Nildo Ouriques, Maurício Pereima, Fernando Kinoschita e Marcelo Krajnc Alves, cumprimentando-os por suas participações no processo eleitoral da UFSC.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor e ao vice-reitor da UFSC, cumprimentando-os por suas posses naquela universidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, solicitando estudos para concessão de isenção do pagamento de pedágio para os motociclistas que transitam nas rodovias federais.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o autor, deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, na verdade, nós estamos também entrando com um projeto. Eu já tentei uma vez, vou tentar novamente, porque entendo que motocicleta não estraga asfalto pelo tamanho, pelo peso. No Rio Grande do Sul, em todas as rodovias os motociclistas estão isentos do pagamento de pedágio; no estado de São Paulo é a mesma coisa. O único estado que tem pedágio e cobra é o Paraná, mas já está em tramitação, na Assembléia Legislativa de lá, um projeto no sentido de isentar também os motociclistas de pagarem pedágio nas rodovias daquele estado.

Como estamos na iminência de ter pedágio em Santa Catarina, estou-me antecipando e tentando sensibilizar as pessoas que, naturalmente, vão tratar desse assunto, para que tenhamos também a isenção de pedágio para motociclistas aqui em nosso estado.

Sr. presidente, quero deixar claro que não é corporativismo, estou apenas defendendo o interesse de milhares de motociclistas neste estado, entre os quais eu me incluo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, como sou a favor da isenção do pagamento de pedágio para motos, caminhões, ônibus, automóveis, sou solidário com este requerimento do deputado Nilson Gonçalves e voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Das bicicletas também, deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com certeza, também, sr. presidente.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, acho que esse requerimento é importante, pois nós nos mobilizamos contra o pedágio.

Eu gostaria de incluir no requerimento também os caminhões, pois este é o meu ramo, mas como sei que é impossível, voto favoravelmente ao requerimento do deputado Nilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao presidente da República, aos ministros dos Esportes e do Turismo e aos presidentes da Fifa e da CBF, solicitando apoio para que Florianópolis seja uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada a presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando esforços para a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao superintendente regional do DNIT, solicitando a implantação de redutor eletrônico de velocidade e tachôes no km 123 da BR-470, em Ibirama.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre a liberação de subvenção social para a Associação de Moradores da Agrônômica - AMA.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao diretor-presidente do Deter, solicitando informações sobre o contrato de concessão de linhas entre os municípios de Florianópolis e Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre o Programa Escola Pública Integrada, regulamentado pelo Decreto Estadual n. 3.867/2005.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito era o deputado José Natal, mas como ele pediu a inversão da sua inscrição, está com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu vou dar praticamente continuidade ao meu pronunciamento do dia de ontem, ocasião em que discutia a questão dos campos de altitude, pois está para sair de uma hora para outra a regulamentação pelo Conama. E eu alertava, ontem, nesta Casa, a preocupação que nós, parlamentares, representantes do povo catarinense devemos ter com essa questão, porque se não fosse por ele não teríamos por que estar aqui, não teríamos por que fazer uma mobilização. Mas antes de sair essa mobilização, que o Conama venha a esta Casa discutir e clarear o que pensa sobre campos de altitude.

Muitas dúvidas, deputado Serafim Venzon, existem. Nós não sabemos sequer qual é a classificação de vegetação primária e secundária nas questões de campos de altitude. E pelo que conhecemos de certas pessoas que estão à frente desse processo dos campos de altitude em Brasília, isso nos assusta muito, porque há cidadãos que acham que criando parques e mais parques, áreas de preservação e mais áreas de preservação, vão ganhar todos os títulos em nível mundial à custa do povo brasileiro, inclusive acabando com uma região, que é a serra catarinense.

Isso nos preocupa bastante e acho que qualquer decisão que venha a afetar o estado catarinense, primeiramente tem que ser discutida com os catarinenses. Não é em Brasília que se vai discutir o futuro de uma região, o futuro de um estado, sem primeiro conversar e discutir com aqueles que poderão ser afetados, nesse caso, pelos campos de altitudes.

Então, esse alerta eu iniciei, fiz ontem, continuo no dia de hoje e se o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o seu grupo de trabalho, para o qual está sendo enviado o convite para comparecer a esta Casa a fim de debatermos essa questão que é complexa, não comparecer, eu vou usar todos os dias esta tribuna para cobrar a sua presença. Porque se fugirem do debate, alguma coisa ruim há! Quando se foge do debate, alguma coisa ruim há e não vai ser boa para o povo. Tanto que se fala neste país que se fizermos uma aposta do que vai acontecer com certas questões, deputado Serafim Venzon, sempre devemos apostar no pior porque a probabilidade de acertar é muito maior, principalmente quando se dita a discussão.

Então, é um assunto que eu trago à tona, já falei ontem, vou falar na terça-feira, vou falar na quarta-feira, vou falar na quinta-feira, ou seja, vou falar até o Conama vir aqui debater os assuntos dos catarinenses com os catarinenses, com os representantes dos catarinenses, que somos nós aqui nesta Casa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Elizeu Mattos, eu queria saudá-lo por levantar este assunto já comentado por v.exa. esta semana, que se refere à região serrana, mas quero dizer que aquilo que acontece na região serrana de Santa Catarina, essa relação dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente com o usuário da terra, com o usuário do ambiente, repete-se em diversos lugares.

No último final de semana, eu estive visitando a região de Pouso Redondo, Taió e Rio do Campo e naquela região, além da plantação de arroz, que é bonita, existem diversos plantadores de fumo, fumo esse que durante mais de 50 anos certamente ajudou a recuperar a economia dos pequenos agricultores em diversas regiões de Santa Catarina, como foi no Vale do Itajaí, minha terra natal. Mas dois agricultores me mostraram a multa que receberam por estarem utilizando um pouco da mata nativa, mas uma mata conservada por eles, e uma parte da mata reflorestada. A multa que teriam que pagar era de mais de R\$ 5 mil por aquela lenha que retiraram para secagem do seu fumo.

Então, esse trabalho de orientação com relação ao meio ambiente é algo que v.exa. e que todos nós deputados defendemos, porém tem que ser um trabalho gradativo, um trabalho que nós precisamos fazer nas escolas, como está sendo feito, e nós estamos vendo lentamente o nosso meio ambiente recuperar-se. Por outro lado, existe o lado social que também tem que ser valorizado, tem que ser apreciado na hora em que olharmos o meio ambiente.

Por isso, saúdo v.exa. por trazer esse tema, pois, como v.exa., também defendendo a preservação, a promoção ambiental. Porém o homem é também um ente desse ambiente e tem que sobreviver dignamente.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Nós estivemos, deputados Serafim Venzon e Professor Grando, num grande jantar com palestra do governador Luiz Henrique da Silveira, na última segunda-feira, em Lages, com empresários de toda a região. Estavam presentes em torno de 1.200 empresários no Centro de Eventos e a grande preocupação de todos era só uma: campos de altitude.

Há pouco escutei o pronunciamento do deputado Silvio Dreveck sobre a questão do grupo Battistella, que é uma questão da política cambial das empresas madeireiras que não foram para a agregação de valor e têm passado por dificuldades. Mas a dificuldade maior do grupo Battistella, cuja grande área de reflorestamento está em Lages, serão esses campos de altitude. Se foram demitidos 400 colaboradores, outros 400 também o serão, porque vai inexistir o Battistella na nossa região assim como em Rio Negrinho.

Tenho batido diversas vezes na mesma tecla, o deputado Professor Grando é um grande conhecedor do assunto e parece que Santa Catarina não se deu conta da gravidade, mas os serranos mostraram ao governador e este se comprometeu, na última segunda-feira, no belo jantar oferecido pelo presidente da Associação Comercial e Industrial, Roberto Amaral, de falar com os membros do Fórum Parlamentar Catarinense.

Queremos evitar que o estado tenha que entrar na Justiça para barrar uma verdadeira aberração que pode vir por aí. E o governador disse que se não resolvermos politicamente, o estado entrará na Justiça para evitar um dano à atual geração e o fim das futuras gerações da serra catarinense.

Tenho trazido para a tribuna essa preocupação e os catarinenses agora começaram a se dar conta da gravidade da situação. O deputado Professor Grando esteve na audiência pública que realizamos em Lages, onde estiveram presentes mais de 1.000 pessoas. Lá foram feitos vários discursos desencontrados, e os autores dos discursos, após pesquisas e contatos com o próprio Conama, já unificaram suas falas.

O assunto é mais restritivo do que pensávamos, do que imaginávamos e do que achávamos da proposta para Santa Catarina. Falando com o procurador da República, dr. Nazareno Wolff, ele me alertou: "Olhe, a idéia é pior do que aquilo que nós discutimos na audiência pública."

Portanto, temos que estar atentos porque 32% do nosso território podem tornar-se área de preservação permanente e 80% da serra catarinense podem virar área de preservação permanente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Quero registrar a presença do Leonardo Martins Machado, nosso amigo Peruca, presidente do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, do curso de Direito da Univali, de Balneário Camboriú, bem como de toda a comitiva que o acompanha, acadêmicos que são meus parceiros.

Quero registrar também a presença do Fernando, que é o presidente do DCE da Faculdade Avantis, de Balneário Camboriú.

É um prazer recebê-los aqui. Conheceram as dependências da Casa e brindaram-nos com sua visita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, nós vamos falar hoje, dando seqüência ao discurso do deputado Elizeu Mattos, sobre os campos de altitude.

Realmente se essa proposta, tal como está, for aprovada com resolução pelo Conama, Conselho Nacional do Meio Ambiente, terá poder de lei e 1/3 do estado de Santa Catarina terá que mudar radicalmente a sua forma de atividade para que seja compatível com as exigências de área de preservação permanente. Sofrerão muito as questões dos investimentos, principalmente na área de reflorestamento e os proprietários que têm agropecuária extensiva. O pequeno agricultor que possui até 50 hectares de forma sustentável poder-se-á permitir que continue a sua atividade.

Mas o que nos preocupa nesta questão é que não temos sequer um estudo sobre os estados sucessionais, como se chama, dos campos de altitude. Por exemplo, o impacto produzido num campo de altitude, qual é o tempo de regeneração? Sobre isso não há um estudo, diferentemente de outros setores.

Então, é necessário esse estudo e no Brasil todo vai ter que ser feito em função da aprovação da biota, pois a da Mata Atlântica é considerada uma das 15 mais importantes do mundo. Então são necessários esses estudos. Por quê? Porque completada pela floresta ombrófila mista, a araucária e as nossas nascentes, sob elas está o Aquífero Guarani e temos todos os campos de altitude.

O tipo de vegetação daquela região tem mais de três milhões de anos! Não que aquele pasto tenha sido plantado, ele é natural, é nativo, é consequência do solo e do desenvolvimento de toda aquela época, portanto, é muito complexo. E sobre ele temos o ser humano que também faz parte da biota e do meio ambiente.

Mas, como diz o nosso deputado federal Fernando Coruja, que esteve presente também na audiência junto com outros deputados federais, porque esse é um assunto mais inerente à representatividade da bancada federal, "parece até ser loucura, mas tem método". É isso que afirma o deputado federal Fernando Coruja. Quer dizer, não é por acaso. Quais são os interesses? O que há? São somente as questões ambientais? Tomara que fosse. Isso é possível, o desenvolvimento é sustentável com todo o estudo. E como se diz sempre, a questão ambiental é mais restritiva. Para isso há a Procuradoria da República, o Ministério Público, enfim, as ONGs, os municípios e as universidades.

Eu entendo que os próprios dados

da Epagri mostram que a nossa floresta ombrófila mista está-se regenerando, está-se recuperando, já chegando à taxa entre 36% e 40%. Esses dados serão divulgados brevemente, assim esperamos, para que realmente possamos dizer que Santa Catarina, com suas áreas de preservação já existentes em nível federal, estadual, municipal e indígena, principalmente as reservas públicas, privadas, tem um índice de preservação muito grande.

Eu também gostaria de falar aqui sobre um problema relacionado a outra realidade deste mundo globalizado, ou seja, sobre as cidades que crescem, que vão crescer e as que vão diminuir, decrescer, que são as que não estão preparadas para enfrentar esse futuro da contradição da globalização, que por mais que cresça a globalização, que cresça o poder local, nós vamos ter dificuldade de entender esse processo que poderá provocar um grande êxodo social, como ocorreu na época em que iniciamos o nosso mandato na prefeitura de Florianópolis, em 1993.

Naquele ano recebemos aproximadamente 1.400 famílias que saíram, por ano, da região da serra, o que dava uma média de três famílias por dia. Pobres que aqui chegavam sem casa, ocupavam as encostas dos morros, áreas que foram degradadas, e também os nossos mangues. Três famílias por dia era a média, 1.400 famílias por ano!

Isso ocorreu em 1993, quando 1.400 famílias vieram para Florianópolis em função do êxodo causado pela falta de serviço na região serrana. Por quê? Porque os fazendeiros, devido a legislação trabalhista, com medo, foram mandando embora os peões das fazendas, que por lá viveram 50, 100 anos. Famílias tradicionais, trabalhavam juntos o pai, o avô e filho. Essa tradição ocorria em Urubici, São Joaquim, Lages, Anita Garibaldi, enfim, em toda a região serrana. Hoje vemos aqui verdadeiros bolsões e sabemos de qual região é aquela população. Um compadre foi trazendo o outro.

Agora que estancou, pois a capital não chega a receber 200 famílias por ano, está bem mais tranquilo, estamos sujeitos a ter esse êxodo novamente para Florianópolis. Por quê? Um exemplo é o grupo Battistella, que está dispensando 400 colaboradores, trabalhadores que ficarão desempregados, implicando em mais de mil pessoas que irão sofrer as consequências. Isso é grave para um estado que estava em franca recuperação dentro do setor.

Porque vejam bem: quando falamos no setor de reflorestamento, nós estamos falando na terceira arrecadação do estado. O setor da madeira é a terceira arrecadação do estado. Mas se nós agregarmos a indústria papelreira, passará a ser a primeira arrecadação do estado. É o primeiro setor em arrecadação no estado, um setor em franco desenvolvimento.

Poucas pessoas sabem que Santa Catarina é o segundo estado em reflorestamento e o segundo produtor de madeira sustentável em reflorestamento do Brasil! Um estado pequeno, com um pouco mais de 1% do território nacional. Por quê? Porque houve política de incentivo. Essa política estava sendo disciplinada, licenciada

com ajuste de condutas com essas empresas e sucessivamente nós estamos vendo que está gerando tensões.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Ouço o deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Professor Grando, eu tenho estudado bastante essas questões e a precaução é sempre importante. O deputado Silvio Dreveck nos acompanhou e quando se falou no assunto do Super Simples, eu, que havia estudado e lido sobre o assunto, levantei a questão de que o Super Simples não é tão simples assim, é bastante complexo. Na reunião de que participei na sexta-feira quase foi feita uma nota de repúdio a um deputado do Ceará que esteve aqui e criticou-me. Levantei essa questão, fomos debater o Super Simples e descobrimos com a sociedade que era muito complexa e não simples.

Então, a mesma história ocorre com os campos de altitude. Todo dia que se lê e estuda-se, mais confuso fica-se. E eu espero, deputado Professor Grando, nós que estamos tentando preparar aquele chão para aquelas pessoas que foram embora e estão tentando voltar para a serra, que não venham mais três famílias por dia para Florianópolis. No entanto, se isso acontecer, virão centenas de famílias por dia da serra catarinense. Essa é a nossa grande preocupação.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Uma sugestão de solução para evitar esse conflito é termos um projeto de árvores nacionais, ou seja, reflorestamento com árvores nacionais. É o caso da araucária! O povo plantará araucária, sim, mas se houver linha de financiamento no BRDE. Por que só há linha de financiamento para o *pinus eliotis*, 12 anos, com oito anos de carência? Se houvesse um financiamento de 20 anos, com 15 de carência, todos plantariam araucária, plantariam bracinga, que são árvores nacionais! Basta haver linha de financiamento. Todos plantariam bambu, por exemplo, que é o melhor elemento, inclusive para a produção de papel e para agregar valor.

Então, nós temos que desenvolver na nossa região reflorestamentos compatíveis com a questão da floresta ombrófila mista nesse projeto de árvores nacionais, pois assim viveríamos em equilíbrio com a natureza e com tranquilidade poderíamos desenvolver e gerar riqueza.

Com certeza isso irá ocorrer, porque a nossa luta está sempre presente para o melhor do meio ambiente, da natureza, oferecendo alternativas compatíveis, alternativas nossas, como o projeto de árvores nacionais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, às 19h, em homenagem ao centenário de nascimento do artista catarinense Martinho de Haro.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA - DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 026-DL, de 2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONSTITUI Fórum Permanente dos Transgênicos - Organismos Geneticamente Modificados, integrado pelos Senhores Deputados Odete de Jesus, Moacir Sopelsa, Reno Caramori, Pedro Uczai, Serafim Venzon,

Gelson Merísio, Sargento Amauri Soares, Narcizo Parisotto e Professor Grando, para estudos, debates e discussões sobre a Lei nº 12.128, de 2002, que "Dispõe sobre o plantio, cultivo, pesquisa, indústria e comércio de organismos geneticamente modificados no Estado de Santa Catarina, cria o Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança - CTCBio - e adota outras providências".

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de novembro de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DA PROCURADORIA

ATA DA 1626ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1626ª sessão ordinária. Presentes os consultores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior, iniciaram-se os trabalhos propriamente ditos. 1) Em regime de vista processo s/nº - Consulta - Ofício nº 0523/07 de 29/10/07, Interessado: Deputado Rogério Mendonça "durante o exercício do mandato, em face do falecimento do Prefeito, a Vice-Prefeita de determinado município...", relator Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovado parecer exarado por unanimidade voto relator. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo nº 2179/07, de Edson José de Souza; Processo nº 2211/07, de João Oscar Krieger Merico; Consulta - Of. CL nº. 597/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 020/2007-00, celebrado com o Maestro Reginaldo Osvaldo da Silva; Consulta - Of. CL nº. 622/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Convênio 004/2006-00, celebrado com a Câmara de Vereadores de Joaçaba; Consulta - Of. CL nº. 623/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Convênio 003/2006-00, celebrado com o Paraná Banco S/A"; Consulta - Of. CL nº. 634/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Convênio s/nº 1994-00, UDESC", e sendo este último retirado de pauta pelo relator. 3) Relatoria da Drª. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo nº 2158/07, de Isabel Sónego; Ofício CO nº 029/07 de 08/11/07, interessado: Diretor Geral da ALESC "ajuste área Contrato CL 031/2007"; Consulta - Of. CL nº. 717/07 de 12/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "editais para exame e aprovação - projetos anexo sul". A relatora também deu conhecimento ao parecer exarado ao MEMO nº 0901/07 de 01/11/07 na ADI nº 2007.043684-2/0000-00, da Capital. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1894/07, de Daniela Cristina Pereira; Processo nº 1914/07, de Marlene Salete Faccin Pereira; Processo nº 1974/07, de Laércio Menegaz; Processo nº 1970/07, de Inês Amorin da Mota; Consulta - Of. CL nº. 591/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 013/2004-00, Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL"; Consulta - Of. CL nº. 595/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo contrato 016/2005-00, HELIOPRINT - Locação de Equipamentos Ltda"; Consulta - Of. CL nº. 601/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 012/2004-00, celebrado com a Empresa NET Florianópolis Ltda."; Consulta - Of. CL nº. 624/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Convênio 001/2005-00, Secretaria de Estado da Agricultura". Continuando o relator deu conhecimento ao parecer exarado em conjunto com o Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior ao MEMO nº 0896/07 de 31/10/07 na ADI nº 3978. 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2219/07, de Márcio Antônio Pereira; Processo nº 2223/07, de André Wessler; Consulta - Of. CL nº. 611/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 017/2005-00, Empresa ZF - Assistência Comércio e Serviços

Ltda."; Consulta - Of. CL nº. 619/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo convênio 001/2006-00, celebrado com a AFALESC"; Consulta - Of. CL nº. 682/07 de 06/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo convênio 028/2003-00, Banco do Brasil" e Consulta - Of. nº. 002091/07 - CESP de 11/10/07, Interessado: Chefe de Gabinete da Presidência "autorização para instaurar Processo-Crime contra o Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira". 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2217/07, de Tereza Paulina Back; Processo nº 2415/07, de Rubens Manoel Justino, este pelo indeferimento; Consulta - Of. CL nº. 583/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 011/2005-00, CONSESC & Nacional Elevadores Ltda."; Consulta - Of. CL nº. 585/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 015/2007-00, Empresa DAMOVO do Brasil S/A"; Consulta - Of. CL nº. 602/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 012/2007-00, Empresa ONDREPSB Limpeza e Serviços Ltda."; Consulta - Of. CL nº. 681/07 de 06/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Convênio 005/2004-00, TV América Latina e Consulta - Of. s/nº de 06/11/07, Interessado: Chefe de Gabinete da Presidência "Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina, solicitação de pesquisa junto a ALESC". 7) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2220/07, de Maria Celeste Ferreira Monteiro; Processo nº 2222/07, de Pierry Santos Gonçalves; Processo nº 2199/07, de Maria Aparecida Leitão Pacheco; Processo nº 2202/07, de Euclides Bagatoli; Processo nº 2190/07, de Geiza Célia Gonçalves, abstendo-se de votar neste processo pelo grau de parentesco o Dr. Fausto Brasil Gonçalves; Consulta - Of. CL nº. 592/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 001/2007-00, EMCATUR"; Consulta - Of. CL nº. 600/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 019/2006-00, MMC Consultoria Empresarial Ltda." e Consulta - Of. CL nº. 610/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 007/2005-00, Empresa Zero Hora Editora Jornalística S/A". 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo nº 2218/07, de Rosalir Demboski de Souza; Processo nº 2221/07, de Mônica Machado Meyer; Processo nº 2212/07, de Márcio Antônio Chedid Rossi; Processo nº 2215/07, de Rita de Cássia Viegas de Cerqueira Cintra; Consulta - Of. nº. 074/07 de 31/10/07, Interessada: Karla Bárdio Meirelles Menegotto - Promotora de Justiça "requer remessa integral do Processo de Prestação de Contas referente a subvenção social concedida a Sociedade dos Bombeiros Voluntários de Capinzal e Região"; Consulta - Of. CL nº. 589/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 027/2006-00, celebrado com a Editora de Negócios JA Ltda."; Consulta - Of. CL nº. 613/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo de Cooperação Técnica 003/2006-00, Secretaria de Estado da Educação"; Consulta - Of. CL nº. 616/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo ao Termo de Cooperação Técnica 001/2007-00, celebrado com a Delegacia Regional do Trabalho - DRT/SC" e Consulta - Of. CL nº. 687/07 de 07/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "editais para exame e aprovação - livro e relatório". 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado aprovados pareceres, por unanimidade aos processos: Processo nº 2178/07, de Claudiane Bleyer Remor Borghesan; Processo nº 2173/07, de Maria da Graça Vieira; Consulta - Of. CL nº 588/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 022/2006-00 - Empresa Ecoeficiência Consultoria Ambiental Ltda."; Consulta - Of. CL nº 590/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 030/2006-00, EMBRATEL"; Consulta - Of. CL nº

593/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 002/2007-00, Correios"; Consulta - Of. CL nº 612/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo - Termo de Cessão de Uso 001/2005-00, BESC" e Consulta - Of. CL nº 685/07 de 07/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Convênio 002/2003-00, ASSESC". 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2122/07, Mansur Melquiades Elias Júnior; Processo nº 2135/07, de Angelino Sávio Quartiero; Processo nº 2214/07, de João José Cândido da Silva; Processo nº 2216/07, de Derlei Catarina de Luca. Continuando, aprovado parecer pelo indeferimento o Processo nº 0412/07, de Jacson Ferreira e retirado de pauta com pedido de vista pela Drª. Maria Margarida Bittencourt Ramos o Processo nº 2148/07, de Samir Medeiros Fernandes; Consulta - Of. CL nº. 586/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 027/2005-00, Empresa DILION Comércio Terraplanagem Construção e Incorporação de Imóvel Ltda."; Consulta - Of. CL nº. 609/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo Contrato 018/2006-00, Empresa Walter Francisco da Silva Locação de salas para abrigar a Escola do Legislativo."; Consulta - Of. CL nº. 617/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo de Cooperação Técnica s/nº 2007-00, celebrado com o Tribunal de Contas de Santa Catarina"; Consulta - Of. CL nº. 631/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo de Convênio 001/2000-00, União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE"; Consulta - Of. CL nº. 635/07 de 05/11/07, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo - Termo de Cessão de Uso 00/2000-00, Caixa Econômica Federal", o relator deu conhecimento ao parecer exarado ao MEMO nº 0903/07 de 01/11/07 na ADI nº 2007.045222-4/0000-00, da Capital. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia vinte e um (21) de novembro, à mesma hora e local. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador geral e pelos consultores presentes. Sala das Sessões, em 14 de novembro de 2007.

Ata 1626.07

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 29 de novembro de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 048/2007, destinado a **contratação de empresa especializada em serviços gráficos para Impressão de Livros (Brasil em Debate e Relatório da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - 2007)**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até às 10:00 h do dia 29 novembro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de novembro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2267, de 05/11/2007, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 038/2007, referente à aquisição de suprimentos (cartuchos de toner e cilindros) para as impressoras da marca Brother nos modelos MFC 8820D, 8840D e 8860D, obteve o seguinte resultado:

Lote 01

Vencedora: M R SANTOS INFORMÁTICA
Valor do Último Lance: R\$ 25.400,00

Lote 02

Vencedora: M R SATOS INFORMÁTICA
Valor do Último Lance: R\$ 12.900,00
Florianópolis, 19 de novembro de 2007.

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 114/2007

REFERENTE: CONTRATO CL Nº 058/2007-00, celebrando em 12/11/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Design Móveis e Decoração Ltda. - EPP.
OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos, com instalação e montagem no local, todos da marca DESIGN MÓVEIS, de acordo com as especificações constantes do lote n.º 01, seus anexos e, com as condições propostas pela CONTRATADA.
VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irrevogáveis, salvo quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93 e com base no limite do IGPM/FGV, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.
AÇÃO / ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da Ação 8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - ALESC), e do item orçamentário 4490.52.42 (Mobiliário em Geral) do Orçamento da ALESC.
VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de assinatura do Contrato até o recebimento definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia dos mesmos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 035/2007, e Autorização da autoridade competente no Processo n.º 0064/2007, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 12 de novembro de 2007.
Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC
Pedro Manoel Filho - Design Móveis e Decorações Ltda.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 115/2007

REFERENTE: CONTRATO CL Nº 057/2007-00, celebrando em 19/11/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Hospsul Comércio e Representações Ltda.
OBJETO: Aquisição de um ELEVADOR DE CADEIRA DE RODAS, a ser utilizado em escadarias fixas de degraus paralelos, marca ORTOBRAS, modelo GARAVENTA STAIR-TRAC, operado por um único atendente, sob a cadeira de rodas sem a necessidade da remoção do seu ocupante, adaptável a maioria das cadeiras de rodas existentes no mercado, sendo com grampos de engate rápido, ajustáveis na largura e na altura, nas empunhaduras da cadeira a ser transportada. Equipamento autopropulsado através de motor elétrico, alimentado por baterias recarregáveis de longa duração, a motorização aciona um par de correias dentadas de borracha com cordoneis internos de aço, que tracionam firmemente o conjunto, a plena carga nos degraus paralelos da escadaria, com as condições propostas pela CONTRATADA.
VALOR GLOBAL: R\$ 20.990,00 (vinte mil novecentos e noventa reais).
REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos exceto por força de disposição legal, especialmente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.
AÇÃO / ITEM ORÇAMENTÁRIO: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão n.º 037/2007; e Autorização para Processo Licitatório n.º 0582/2007, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência a partir da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, permanecendo seus efeitos até o término da garantia.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão CL n.º 035/2007, e Autorizações da autoridade competente no Processo n.º 0064/2007, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 19 de novembro de 2007.
Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC
Ricardo Lorenzetti Silveira - Hospsul Comércio e Representações Ltda.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 014, DE 2007

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Institui Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial para os servidores do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 1º Poderá ser concedida, por Ato da Mesa, gratificação pelo desempenho de atividade especial, até o limite de quinze, aos servidores ocupantes do cargo de Consultor Legislativo, código PL/ASI, que desempenhem as atividades declinadas nos Atos da Mesa nº 183, de 6 de setembro de 2007, nº 184, de 25 de setembro de 2007, nºs 209 e 210, de 24 de outubro de 2007, atendidos os seguintes requisitos:

I - efetivo exercício na Assembléia Legislativa há pelo menos cinco anos; e

II - inscrição na respectiva entidade de classe.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo será de 40% (quarenta por cento) do vencimento do nível 71 da tabela constante do Anexo I da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, que fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo e adota outras providências.

Art. 2º Ao beneficiário da gratificação instituída por esta Resolução não poderá ser efetuado pagamento decorrente de designação para função de confiança ou Comissão Legal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta das dotações próprias do orçamento da ALESC.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para o Ato da Mesa nº 183, de 2007, a partir de 29 de agosto de 2007, para o Ato da Mesa nº 184, de 2007, a partir de 18 de setembro de 2007, e para os Atos da Mesa nºs 209 e 210, de 2007, a partir de 24 de outubro de 2007.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de novembro de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL 0030.7/2007

Art. 1º Fica acrescido um parágrafo único ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 0030.7/2007, nos seguintes termos:

“Parágrafo único: A efetiva utilização do crédito especial previsto no caput deste artigo fica condicionada à publicação de norma regulamentar que preveja o rol das obras nas quais serão empenhados os recursos alocados em cada uma das rubricas orçamentárias.

Sala das Comissões, em

Deputado Gelson Merisio

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em sessão de 13/11/07

DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
FUNCIONAL	PROGRAMA/AÇÃO/SUBAÇÃO	ESF	GRUPO DE DESPESA	MOD	VALOR
17.512	0299				
	0299.00718				
	0299.00719				
	0299.00721				
	0299.00722				
	0299.00723				

Parágrafo único. A efetiva utilização do crédito especial previsto no caput deste artigo fica condicionada à publicação de norma regulamentar que preveja o rol das obras nas quais serão empenhados os recursos alocados em cada uma das rubricas orçamentárias.

Art. 3º Antes da aplicação dos recursos de que trata o art. 2º desta Lei, conforme a discriminação no quadro de detalhamento do crédito orçamentário, serão realizadas audiências públicas nos municípios onde se realizarão as referidas obras.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 041/2007

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O caput do art. 22 da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Ao servidor do Quadro de Pessoal Permanente da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, designado para a execução de atividades relativas à elaboração, coordenação, organização e fiscalização de concursos, participação em comissões verificadoras, bancas examinadoras, elaboração e correção de provas de seleção de concursos, inclusive o concurso vestibular, bem assim em cursos de capacitação, cursos sequenciais, cursos de pós-graduação lato-sensu, projetos de pesquisa e atividades de extensão, desde que não financiados com os recursos do Tesouro, poderá ser concedida gratificação no valor de até dois pisos de vencimento por evento, conforme regulamento a ser editado pelo Conselho Universitário.

Parágrafo único.”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

Justificativa

O parágrafo ora proposto tem o condão de tornar transparente em quais obras serão alocados os recursos criados com a abertura do crédito orçamentário previsto no presente projeto de lei, resguardando desta forma a total transparência na composição do Orçamento Estadual.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 030/07

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, constante do Anexo Único da Lei nº 13.969, de 22 de janeiro de 2007, conforme a programação a seguir especificada:

PLANO PLURIANUAL 2004-2007
PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

PROGRAMA/AÇÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
0299 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO		
03120 - Aquisição e Instalação de Equipamentos Eletro-Mecânicos, Tratamento Laboratório, etc.	Saneamento	Saneamento Básico Urbano

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 50.653.000,00 (cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais), por conta do excesso de arrecadação do orçamento da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento no corrente exercício, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

27000 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
27022 COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
R\$ 1,00

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 042/2007

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os Anexos VII, VIII e IX da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, passam a vigorar conforme o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

“ANEXO VII

(Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006)

TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE SUPORTE

Níveis	ÍNDICES - SUPORTE (Fator a ser multiplicado pelo VRV)				
	Classes				
	S	A	B	C	D
1	6,400	9,036	10,211	11,538	13,038
2	6,867	9,397	10,619	12,000	13,560
3	7,334	9,759	11,028	12,461	14,081
4	7,801	10,120	11,436	12,923	14,603
5	8,269	10,482	11,844	13,384	15,124
6	8,736	10,843	12,253	13,846	15,646
7	9,203	11,205	12,661	14,307	16,167
8	9,670	11,566	13,070	14,769	16,689

9	10,137	11,928	13,478	15,230	17,210
10	10,604	12,289	13,887	15,692	17,732
11	11,072	12,650	14,295	16,153	18,253
12	11,539	13,012	14,703	16,615	18,775
13	12,006	13,373	15,112	17,076	19,296
14	12,473	13,735	15,520	17,538	19,818
15	12,940	14,096	15,929	17,999	20,339
16	13,408	14,458	16,337	18,461	20,861
17	13,875	14,819	16,746	18,922	21,382
18	14,342	-	-	-	-
19	14,809	-	-	-	-
20	15,276	-	-	-	-

ANEXO VIII

(Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006)

TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE EXECUÇÃO

ÍNDICES - EXECUÇÃO (Fator a ser multiplicado pelo VRV)					
Níveis	Classes				
	S	A	B	C	D
1	4,793	6,501	7,346	8,301	9,380
2	5,104	6,761	7,640	8,633	9,755
3	5,416	7,021	7,933	8,965	10,130
4	5,727	7,281	8,227	9,297	10,505
5	6,039	7,541	8,521	9,629	10,881
6	6,350	7,801	8,815	9,961	11,256
7	6,662	8,061	9,109	10,293	11,631
8	6,973	8,321	9,403	10,625	12,006
9	7,285	8,581	9,696	10,957	12,381
10	7,596	8,841	9,990	11,289	12,757
11	7,908	9,101	10,284	11,621	13,132
12	8,219	9,361	10,578	11,953	13,507
13	8,531	9,621	10,872	12,285	13,882
14	8,843	9,881	11,166	12,617	14,257
15	9,154	10,141	11,459	12,949	14,633
16	9,466	10,401	11,753	13,281	15,008
17	9,777	10,661	12,047	13,613	15,383
18	10,089	-	-	-	-
19	10,400	-	-	-	-
20	10,712	-	-	-	-

ANEXO IX

(Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006)

TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE SERVIÇOS

ÍNDICES - SERVIÇOS (Fator a ser multiplicado pelo VRV)					
Níveis	Classes				
	S	A	B	C	D
1	4,464	5,417	6,122	6,917	7,817
2	4,741	5,634	6,366	7,194	8,129
3	5,017	5,851	6,611	7,471	8,442
4	5,294	6,067	6,856	7,747	8,755
5	5,571	6,284	7,101	8,024	9,067
6	5,848	6,501	7,346	8,301	9,380
7	6,124	6,717	7,591	8,577	9,693
8	6,401	6,934	7,836	8,854	10,005
9	6,678	7,151	8,080	9,131	10,318
10	6,955	7,367	8,325	9,408	10,631
11	7,231	7,584	8,570	9,684	10,943
12	7,508	7,801	8,815	9,961	11,256
13	7,785	8,018	9,060	10,238	11,569
14	8,062	8,234	9,305	10,514	11,881
15	8,338	8,451	9,550	10,791	12,194
16	8,615	8,668	9,794	11,068	12,506
17	8,892	8,884	10,039	11,344	12,819
18	9,169	-	-	-	-
19	9,445	-	-	-	-
20	9,722	-	-	-	-

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 045/07

Institui o Programa Estadual de Incentivo a Adoção.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Incentivo a Adoção.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias, ficando obrigatória sua inclusão nos orçamentos futuros.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 051/07

Dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da Administração Pública Estadual e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os órgãos da Administração Pública Estadual, direta, indireta, autárquica e fundacional, promoverão para seus funcionários programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.

Art. 2º Deve ser disponibilizada nos prédios públicos, coleta seletiva dos materiais ali gerados.

Art. 3º O Poder Executivo Estadual adotará, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários, de forma a, no prazo de 4 (quatro) anos, abolir a utilização de papel clareado a cloro.

Art. 4º O Poder Executivo adotará, gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no artigo anterior, papel reciclado no material escolar entregue às escolas.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 170/07

Dispõe sobre a implementação de sistemas de naturezação através da criação de telhados verdes em espaços urbanos de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica criado no âmbito do Estado de Santa Catarina o Programa Estadual de Incentivo a Adoção de Telhados Verdes em espaços urbanos densamente povoados objetivando:

I - minimizar as chamadas ilhas de calor;

II - minimizar a poluição atmosférica;

III - criar corredores verdes;

IV - reduzir o consumo de energia elétrica;

V - atuar como isolantes térmicos; e

VI - promover o desenvolvimento sustentável.

Art. 2º São considerados telhados verdes os jardins implantados em telhados ou terraços das edificações nos espaços urbanos, adaptados à realidade biotecnológica do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A área utilizada para a implantação dos telhados verdes não poderá ser inferior a 40% (quarenta por cento) da área total.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a criar parcerias, incentivos fiscais e financeiros aos municípios participantes do Programa.

Art. 4º O credenciamento de imóveis urbanos, públicos ou privados, ao Programa, deverá obedecer aos critérios previstos em lei, no Plano Diretor Municipal, no Código de Posturas e no Alvará do Corpo de Bombeiros.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº**PL/0212.0/2007**

Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública estadual dotadas de laboratório de informática e das bibliotecas públicas estaduais disponibilizarem um computador equipado com aplicativo específico, que permita o acesso de pessoas portadoras de deficiência visual.

Art. 1º As escolas da rede pública estadual que possuam laboratório de informática e as bibliotecas públicas estaduais ficam obrigadas a disponibilizar um computador provido de aplicativo específico, destinado a permitir o acesso de pessoas com deficiência visual.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de recursos alocados ao Programa 410 - Inclusão Digital, no orçamento da Secretaria de Estado da Educação e das Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala da Comissão, em 22/08/07
Deputado Gelson Merisio

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 13/11/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 13/11/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 212/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública estadual dotadas de laboratório de informática e das bibliotecas públicas estaduais, disponibilizarem um computador equipado com aplicativo específico, que permita o acesso de pessoas portadoras de deficiência visual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º As escolas da rede pública estadual que possuam laboratório de informática e as bibliotecas públicas estaduais ficam obrigadas a disponibilizar um computador provido de aplicativo específico, destinado a permitir o acesso de pessoas com deficiência visual.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de recursos alocados ao Programa 410 - Inclusão Digital, no orçamento da Secretaria de Estado da Educação e das Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 242/07

Declara de utilidade pública o Clube de Mães Unidas do Bandeirantes, de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mães Unidas do Bandeirantes, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 245/07

Institui o Dia Estadual do Atleta Profissional de Futebol.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 6 de setembro como o Dia Estadual do Atleta Profissional de Futebol.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 247/07

Denomina Professor Lauro Locks, o Ginásio de Esportes localizado na Escola de Educação Básica Dom Joaquim, no Município de Braço do Norte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Professor Lauro Locks, o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dom Joaquim, localizado no bairro Centro, Município de Braço do Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 251/07

Institui o Projeto Degrau, que dispõe sobre a apresentação de artistas e/ou grupos amadores no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado de Santa Catarina o Projeto Degrau, que dispõe sobre a apresentação de artistas e/ou grupos amadores no Estado.

Art. 2º O Projeto de que trata esta Lei tem como objetivos básicos:

- I - incentivar a criação cultural nos diversos níveis;
- II - estimular o intercâmbio das manifestações culturais das regiões do Estado; e
- III - divulgar o trabalho de artistas amadores.

Art. 3º Para atingir os fins objetos deste projeto, os estádios, os teatros, as salas e os espaços culturais pertencentes às administrações direta e indireta do Estado, permitirão a apresentação de artistas amadores, antes da realização do espetáculo principal.

§ 1º A apresentação de artistas amadores a que se refere o *caput* deste artigo terá a duração máxima de trinta minutos e as formas de inscrições, agendamentos e cumprimentos de eventuais exigências serão estabelecidos pela regulamentação que trata o art. 4º desta Lei.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos casos em que, de acordo com justificativa fundamentada da autoridade competente, a apresentação preliminar venha causar prejuízos ao espetáculo principal.

§ 3º A apresentação de artistas amadores deverá obedecer a um sistema de rodízio, de forma a permitir a participação de representantes das regiões do Estado.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 278/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Balneário Gaivota.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por compra, no Município de Balneário Gaivota, um terreno com duzentos e oitenta e oito metros quadrados, avaliado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de propriedade de Virginia Gaspar Saturnino e Rafael Gaspar Saturnino, matriculado sob o nº 955 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pelo inciso X do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por finalidade a ampliação da EEB Praia da Gaivota.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 298/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Campo Erê.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campo Erê, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de uma área com mil metros quadrados, contendo benfeitoria, matriculada sob o nº 2.662 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê e cadastrado sob o antigo nº 4538 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, posto que a entidade já faz uso do imóvel por mais de dez anos.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

- I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;
- II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 309/07

Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Oeste.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio do Oeste o imóvel com três mil metros quadrados, onde se encontra instalado o Ginásio de Esportes Deputado João Bértoli, matriculado sob o nº 4.602 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o antigo nº 03218 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade regularizar a atual utilização do imóvel, visando possibilitar novos investimentos por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 333/07

Autoriza regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Estabelece regime de assistência especial, no âmbito dos órgãos públicos do Governo de Santa Catarina ligados aos programas de geração de emprego e renda, às mulheres vítimas de violência conjugal no seu ambiente familiar, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

§ 1º Caracteriza-se como violência conjugal, para os efeitos da presente Lei, as mulheres submetidas aos maus tratos como: espancamento físico, opressão moral e psicológica, cárcere privado e estupro, praticados pelos maridos ou companheiros.

§ 2º Os casos supra mencionados deverão ser comprovados através de boletim de ocorrência das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres e certidão de acompanhamento psicológico por parte de entidades públicas assistenciais ou organizações não-governamentais de notória participação nas causas em defesa da mulher, ou outros documentos especificados em normas regulamentares.

Art. 2º Fica o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, assim como seus sucedâneos, autorizado a atender as mulheres identificadas no art. 1º, com as seguintes cotas de prioridades:

I - destacar até 20% (vinte por cento) das vagas anuais para cursos de capacitação e qualificação profissional sob sua administração, ou das instituições de treinamento conveniadas;

II - destinar até 20% (vinte por cento) dos encaminhamentos mensais, para as vagas de empregos formais, oferecidas pelas empresas; e

III - dar assistência direta, ou através de consultorias especializadas conveniadas, na montagem de micro-negócios formais ou informais.

Art. 3º O Estado, através do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, após o início da sua vigência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 368/07

Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários e Idosos Santoamarenses - AVISA, no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Voluntários e Idosos Santoamarenses - AVISA, com sede no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 392/07

Institui o Dia do Profissional de Beleza no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Profissional de Beleza, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 23 de setembro.

Art. 2º Estão incluídos na categoria de Profissionais de Beleza,

cabeleireiros (as), barbeiros, manicures, pedicures, depiladoras, podólogos (as), maquiadores (as), massagistas, esteticistas e afins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 434/07

Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB o imóvel constituído por um terreno com área total de novecentos e cinquenta e seis metros e setenta decímetros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 2.434 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 00753 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo possibilitar a ampliação do atendimento habitacional à demanda existente no Município.

Art. 3º A donatária não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador; e

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga à donatária o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 436/07

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Ibirama.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário autorizado a ceder, por prazo indeterminado, o uso gratuito de parte do imóvel, matriculado sob o nº 15.010 do Livro nº 2/RG, do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ibirama, para o Município de Ibirama.

Parágrafo único. A parte do imóvel a ser cedida constituir-se na faixa de terreno com extensão de cento e dez metros e dois metros de profundidade, totalizando duzentos e vinte metros quadrados.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivos a realização da obra de alargamento da Rua Dr. Getúlio Vargas, a instalação de passeio de pedestres, favorecendo, ainda, o acesso ao Fórum da Comarca de Ibirama.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão integralmente por conta do Município de Ibirama.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 437/07

Dispõe sobre a importação, comercialização, criação e porte de cães no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibido, no Estado de Santa Catarina, a criação, comercialização e circulação de cães da raça *Pit Bull*, bem como das raças que resultem de seu cruzamento, por canis ou isoladamente no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º É obrigatória, a partir dos 6 (seis) meses de idade, a esterilização de todos os cães da raça *Pit Bull*, ou dela derivada, no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Ficam vedadas a circulação e a permanência de cães da raça *Pit Bull* em logradouros públicos, precipuamente, locais em que haja concentração de pessoas, tais como ruas, praças, jardins e parques públicos, e nas proximidades de hospitais, ambulatórios e unidades de ensino público e particular.

Parágrafo único. A circulação de cães da raça *Pit Bull* nos locais referidos no *caput* será permitida desde que conduzidos por maiores de dezoito anos por meio de guias com enforcador e focinheira próprios para a tipologia de cada animal.

Art. 4º Os proprietários e/ou condutores de cães da raça *Pit Bull*, ou dela derivada, são responsáveis pelos danos que venham a ser causados pelo animal sob sua guarda, ficando sujeitos às sanções penais e legais existentes, além daquelas dispostas no art. 5º desta Lei.

Art. 5º O não-cumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator, proprietário e/ou condutor as seguintes sanções, independentemente de outras sanções legais existentes e pertinentes:

I - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que deverá ser aplicada em dobro e progressivamente, nos casos de reincidência à infração;

II - apreensão do animal nas hipóteses de reincidência, abandono do animal ou ataque deste a pessoa ou a outro animal; e

III - reparação ou compensação de danos causados independentemente de agressão ter sido contra pessoas e/ou animais.

§ 1º A aplicação da multa prevista no inciso I deste artigo independe da aplicação do disposto nos seus incisos II e III.

§ 2º Aplicar-se-ão, cumulativamente, as sanções previstas neste artigo, em caso de reincidência.

§ 3º No caso de aplicação do inciso II, poderá o dono ser considerado fiel depositário, estando sujeito às multas, reparações, indenizações e restrições determinadas.

§ 4º A multa de que trata o inciso I, deste artigo será aplicada aos proprietários dos cães da raça *Pit Bull* ou, não sendo estes conhecidos, aos possuidores ou detentores dos mesmos.

Art. 6º Fica o Poder Executivo encarregado do fiel cumprimento desta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 459/07

Reconhece o Município de Itapema como Capital Catarinense de Ultraleves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:
Art. 1º Fica reconhecido o Município de Itapema como a Capital Catarinense de Ultraleves.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 498/07

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor José Carlos Pacheco.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor José Carlos Pacheco.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 552/07

Altera dispositivo da Lei nº 13.541, de 2005, que autoriza a doação de imóvel no Município de Lages.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.541, de 04 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio da SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A, autorizado a doar ao Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages o imóvel constituído por um terreno urbano com área de vinte mil e treze metros e doze decímetros quadrados, com benfeitorias, matriculado sob o nº 24.763 no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Lages."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº PRS/0012.5/2007

O art. 4º do Projeto de Resolução nº PRS/0012.5/2007, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para o Ato da Mesa nº 183/07 a partir de 29 de agosto de 2007, para o Ato da Mesa nº 184/07 a partir de 18 de setembro de 2007, e para os Atos da Mesa nºs 209/07 e 210/07 a partir de 24 de outubro de 2007."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 14/11/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 012, DE 2007

Institui Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial para os servidores do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 1º Poderá ser concedida, por Ato da Mesa, gratificação pelo desempenho de atividade especial, até o limite de quinze, aos servidores ocupantes do cargo de Consultor Legislativo, código PL/ASI, que desempenhem as atividades declinadas nos Atos da Mesa nº 183, de 6 de setembro de 2007, nº 184, de 25 de setembro de 2007, nºs 209 e 210, de 24 de outubro de 2007, atendidos os seguintes requisitos:

I - efetivo exercício na Assembléia Legislativa há pelo menos cinco anos; e

II - inscrição na respectiva entidade de classe.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo será de 40% (quarenta por cento) do vencimento do nível 71 da tabela constante do Anexo I da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, que fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo e adota outras providências.

Art. 2º Ao beneficiário da gratificação instituída por esta Resolução não poderá ser efetuado pagamento decorrente de designação para função de confiança ou Comissão Legal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta das dotações próprias do orçamento da ALESC.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para o Ato da Mesa nº 183, de 2007, a partir de 29 de agosto de 2007, para o Ato da Mesa nº 184, de 2007, a partir de 18 de setembro de 2007, e para os Atos da Mesa nºs 209 e 210, de 2007, a partir de 24 de outubro de 2007.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***